

Dimensões da Pobreza e da
Vulnerabilidade em Cabo Verde:
Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar

Nota sobre os Autores

Cláudio Alves Furtado, Doutor em Sociologia, professor da Universidade de Cabo Verde, exercendo actualmente o cargo de Pró-Reitor Responsável pela Pós-Graduação e Investigação. Presidente da Associação Caboverdiana de Sociologia.

António Rodrigues Pires, Sociólogo, Mestrando em Estudos Africanos na Universidade do Porto, expert do UNFPA.

Joaquim Morais, Sociólogo, Mestrando em Sociologia Política na Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Paulo Ferreira Verissimo, Licenciado em Sociologia e Mestrando em Ciências Sociais na Universidade de Cabo Verde. Exerce as funções de Redactor na Assembleia Nacional de Cabo Verde. Já participou em vários estudos sobre a droga, o crime, o HIV/Sida e profissionais do sexo em Cabo Verde.



Dimensões da Pobreza e da
Vulnerabilidade em Cabo Verde:
Uma Abordagem Sistémica e
Interdisciplinar

Cláudio Furtado (Coordenação)
António Rodrigues Pires
Joaquim Morais
Paulo Veríssimo

© Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África 2008

Avenue Cheikh Anta Diop angle Canal IV
BP 3304, Dakar, CP 18524
Senegal
Website: www.codesria.org

Arranjo gráfico: Djibril Fall
Design da capa: Ibrahima Fofana
Impresso por: Imprimerie St Paul

Distribuído em África por: CODESRIA
Distribuído noutras partes: African Books Collective, Oxford, UK.
Website: www.africanbookscollective.com

ISBN: 978-2-86978-245-7

O Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) é uma organização independente, cujos objectivos principais são: a facilitação da pesquisa, a promoção de publicações baseadas em pesquisas e a criação de fóruns múltiplos em torno de troca de ideias e informação entre investigadores africanos. Ele luta contra a fragmentação da pesquisa através da criação de uma rede de pesquisa temática que transcenda as fronteiras regionais e linguísticas.

O CODESRIA tem uma publicação trimestral, a *África Desenvolvimento*, a mais antiga revista africana especializada em ciências sociais; a *Afrika Zamani*, uma revista especializada em História; a *Revista Africana de Sociologia*; a *Revista Africana de Assuntos Internacionais* (AJIA); a *Identidade, Cultura e Política: Um Diálogo Afro-Asiático*; a *Revista do Ensino Superior em África*; e a *Revista Africana de Livros*. Os resultados de pesquisa e outras actividades da instituição são disseminados através de "working papers", "Série de Monografias", "Série de Livros do CODESRIA" e através do *Boletim do CODESRIA*.

O CODESRIA gostaria de agradecer a Agência Sueca para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional (SIDA/SAREC), ao Centro Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa (IDRC), a Fundação Ford, a Fundação Mac Arthur, a Corporação Carnegie, ao Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao Ministério Holandês dos Negócios Estrangeiros, a Fundação Rockefeller, FINIDA, NORAD, CIDA, IIEP/ADEA, OCDE, OXFAM America, ao UNICEF e ao Governo Senegalês, pelo apoio concedido na realização do seu programa de pesquisa, formação e publicação.

Índice

Índice de quadros	vii
Índice de gráficos	ix
Abreviaturas	x
Apresentação	xi
I. Introdução	1
II. Fundamentação Teórica e Metodológica	4
Pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social: o puzzle conceptual	4
Aspectos Metodológicos	8
Caracterização dos agregados familiares	9
III. Vulnerabilidade Social em Cabo Verde	18
Perfil da Pobreza	20
Crescimento Económico e Pobreza em Cabo Verde	24
Pobreza e Actividade Económica	26
Pobreza e nível de instrução	34
IV. Pobreza e Vulnerabilidade no Município da Praia	37
Contexto	37
Nível de Escolaridade	38
Acesso à água e sistemas de saneamento	46
Nível de Conforto dos Agregados Familiares	48
Considerações Finais	49
V. Município de Santa Catarina	52
Contexto	52
Identificação dos chefes de agregados familiares inquiridos...	52
Situação profissional dos chefes de agregados familiares inquiridos	53

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

Rendimento e composição do agregado familiar	57
Condições de habitabilidade.....	60
Sistema de Saneamento e Acesso à Água	63
Nível de conforto.....	65
Considerações Finais	65
VI. Pobreza e Vulnerabilidade no Município de Santa Cruz	69
Contexto	69
Nível de Escolaridade.....	70
Actividade Profissional	72
Rendimento do Agregado Familiar	75
Condições de Habitabilidade	78
Acesso à Água e Sistemas de Saneamento	80
Níveis de Conforto dos Agregados Familiares	81
Considerações finais	82
VII. Análise Comparativa e Contrastiva da Problemática da Pobreza e Vulnerabilidade em Santiago	86
Contexto	86
Nível de Escolaridade.....	88
Actividade Profissional	89
Condições de Habitabilidade	95
Rendimento do Chefe do Agregado Familiar	98
A pobreza no imaginário social e a construção de estratégias de enfrentamento	101
Conclusão	106
Notas	109
Bibliografia	111
Anexos	112

Índice de quadros

Quadro nº 1.	Distribuição da amostra segundo o sexo e o município	9
Quadro nº 2.	Distribuição da mostra segundo o sexo e o grupo etário	10
Quadro nº 3.	Distribuição da amostra segundo o sexo e o nível de escolaridade	11
Quadro nº 4.	Distribuição da amostra segundo o sexo e o estado civil	13
Quadro nº 5.	Distribuição da amostra segundo o sexo e a tipologia das fontes de rendimento e sua durabilidade	15
Quadro nº 6.	Distribuição da amostra segundo o sexo e situação perante o emprego	16
Quadro nº 7.	Distribuição da amostra segundo, o sexo e propriedade da habitação	17
Quadro nº 8.	Pobreza nas ilhas agrícolas de Cabo Verde em 2002	23
Quadro nº 9.	Distribuição da população activa segundo o sexo e meio de residência	29
Quadro nº 10.	Evolução do emprego por ilha, 1980-2000	30
Quadro nº 11.	População com 15 anos e mais, segundo estatuto da pobreza e sexo por condição na actividade habitual	33
Quadro nº 12.	População com 4 anos e mais, segundo o estatuto da pobreza por nível de instrução	35

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

Quadro nº 13	Nível de emprego e desemprego segundo o sexo e grupo etário	41
Quadro nº 14	Situação perante o emprego por sexo	55
Quadro nº 15	Situação perante o emprego por idade	56
Quadro nº 16	Rendimento do agregado familiar por sexo	58
Quadro nº 17	Rendimento do agregado familiar segundo a situação perante o emprego	61
Quadro nº 18	Propriedade de habitação segundo o sexo	64
Quadro nº 19	Tipologia da habitação segundo o sexo	66
Quadro nº 20	Situação perante o emprego segundo o sexo e idade	74
Quadro nº 21	Distribuição dos chefes dos agregados segundo o sexo e município	87
Quadro nº 22	Distribuição dos chefes do agregado segundo a escolaridade e o município	90
Quadro nº 23	Situação dos chefes do agregado perante o emprego segundo o município	91
Quadro nº 24	Situação dos chefes do agregado perante o emprego segundo o município e o sexo	94
Quadro nº 25	Número de divisões das habitações segundo o município	100
Quadro nº 26	Existência de casa de banho e cozinha segundo o município	102

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Evolução da pobreza e extrema pobreza urbana e rural, 1989-2002	22
Gráfico 2	Coeficiente de Gini por ilha	28
Gráfico 3	Tipologia de habitação por sexo do chefe	42
Gráfico 4	Propriedade da habitação por sexo do chefe	44
Gráfico 5	Situação perante o emprego do chefe face ao rendimento mensal do agregado	46
Gráfico 6	Incidência da escolarização segundo o sexo	70
Gráfico 7	Situação perante o emprego segundo o sexo	73
Gráfico 8	Rendimento do agregado por sexo do chefe	76
Gráfico 9	Situação perante o emprego do chefe face ao rendimento do agregado	78
Gráfico 10	Tipologia de habitação e sua distribuição por sexo	79
Gráfico 11	Distribuição da propriedade de habitação por sexo do chefe	79
Gráfico 12	Propriedade da habitação por sexo do chefe do agregado	95
Gráfico 13	Tipologia de habitação por sexo do chefe	97
Gráfico 14	Situação perante o emprego do chefe face ao rendimento mensal do agregado	101

Abreviaturas

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BIT	Bureau Internacional do Trabalho
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CODESRIA	Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDSS	Projecto de Desenvolvimento do Sector Social
PEE	Plano Estratégico para a Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PLPR	Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSGD	Projecto de Promoção Socio-Económica dos Grupos Vulneráveis
ROMD	Relatório dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

Apresentação

“Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma abordagem sistémica e interdisciplinar” resulta de um trabalho de investigação realizado por um grupo de pesquisadores cabo-verdiano no âmbito da iniciativa do CODESRIA para os países africanos lusófonos.

Com efeito, a investigação foi desenvolvida por um Grupo Nacional de Trabalho e teve o seu início em 2006.

Constituiu o *leit motiv* da investigação a compreensão do fenómeno da pobreza e da vulnerabilidade no contexto cabo-verdiano, buscando ultrapassar as abordagens até então hegemónicas e que colocam o acento tónico essencialmente no rendimento.

Na verdade, a abordagem retida por este estudo não exclui e nem subestima a importância do rendimento na determinação da pobreza e da vulnerabilidade. Contudo, pretendeu-se avançar um pouco mais, trazendo novas determinantes do fenómeno, cortando com uma visão uni-causal na explicação da pobreza.

Uma das questões que se colocou, ao menos para reflexão, se prende com o facto de se, na verdade, o rendimento é efectivamente uma determinante da pobreza, quando é a situação da pobreza que pode condicionar o acesso a rendimentos e a demais bens e serviços, incluindo os bens simbólicos.

Assim, a investigação procurar situar a abordagem numa perspectiva sistémica e integrada, buscar captar as múltiplas dimensões da pobreza e da vulnerabilidade, tanto em termos de suas determinantes quanto de sua manifestação e de tradução discursiva.

Resgatando os estudos produzidos, especialmente no quadro do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (2001-2002) e do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, o trabalho, a partir de um inquérito realizado a uma amostra representativa de agregados familiares de três municípios de Santiago¹, bem como de entrevistas aprofundadas a 30 chefes de agregados familiares, rediscutiu os conceitos de pobreza e vulnerabilidade tal como tematizados na literatura especializada em ciências sociais como na administração pública, nos discurs-

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

sos e documentos das organizações internacionais bem como a sua apropriação pelo senso comum.

A reconceptualização de pobreza e vulnerabilidade constituiu, assim, o ponto de partida da análise situacional em cada um dos municípios trabalhados, a saber, Praia, Santa Catarina e Santa Cruz, bem como da análise comparativa e contrastiva sobre os mesmos.

Entre a realização do presente estudo e sua publicação, novos dados e novos estudos foram produzidos, acabando por enriquecer a bibliografia sobre a temática tratada no estudo.

Contudo, eles, nos parece, não tornam desactualizadas as informações e análises produzidas, nem tampouco as superam. Antes, actualizam informações, apontam novos elementos explicativos, indiciam novas formas de ver e a apreender os fenómenos estudados. Uma complementaridade, portanto, é que vemos entre esta e outros trabalhados que, entretanto, vieram à estampa.

Espera-se que o presente estudo venha, não apenas enriquecer a bibliografia especializada sobre a pobreza e a vulnerabilidade em Cabo Verde como também apontar questões passíveis de serem objecto de trabalhos de investigação mais aprofundadas e que respondam a um conjunto de outros questionamentos que esta obra não se propôs responder ou que, no momento da realização da investigação não eram questões de pesquisa.

Claudio Alves Furtado
Coordenador

Nota

1. Se levarmos em conta a nova divisão administrativa municipal, o estudo recobriria, hoje, seis dos nove municípios da ilha de Santiago.

1

Introdução

Nos últimos anos, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos, questões relativas à problemática da pobreza, vulnerabilidade e exclusão social têm sido objecto de discussões tanto na academia como nos mais diversos *fora* políticos.

No domínio das ciências sociais e humanas, a tematização e a (re)conceptualização da pobreza têm sido objecto de estudo tanto na Sociologia como na Economia e na Ciência Política. Contudo, os enfoques, as abordagens e as filiações teóricas têm sido os mais diversos.

As dificuldades encontradas para uma teorização, que seja heurísticamente bem fundada, têm-se devido, entre outras, ao facto de o conceito da pobreza ter sido apropriado pelo senso comum, particularmente pelo discurso político, tornando o seu campo semântico extremamente fluído e viscoso. Por outro lado, o enfoque centrado na dimensão quantitativa, tomando o rendimento como variável explicativa de base, tende a fazer escapar outras dimensões deste fenómeno que, para além de ser económico, comporta igualmente elementos de natureza política e social.

Hoje em dia, assiste-se a uma tentativa cada vez crescente de se procurar uma análise interdisciplinar - quando não transdisciplinar - no estudo da pobreza, considerando, a um só tempo, a sua complexidade e a sua multidimensionalidade. A única perspectiva teórica e metodológica, até o momento, que se apresenta mais adequada é aquela que assenta numa análise sistémica e holística deste fenómeno.

Cabo Verde, um país insular e saheliano, tem no sector primário a concentração da grande maioria de sua população activa, não obstante a irregularidade das chuvas e, por conseguinte, as secas periódicas e persistentes a que se juntam terras agricultáveis reduzidas, representando apenas 10% dos solos do país e uma produção agrícola que, nos melhores anos, não consegue responder a mais

do que 15% a 20% das necessidades alimentares. O sector primário tem vindo, progressivamente, a ver diminuir o seu peso na constituição do Produto Interno Bruto, representando, neste momento, cerca de 10% do total da riqueza nacional.

Se é verdade que os indicadores macroeconómicos, nomeadamente a taxa de crescimento económico do país, mostram que Cabo Verde tem tido uma evolução positiva¹, a vulnerabilidade do país continua a ser a maior a nível mundial. Aliás, de acordo com o Relatório Nacional sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A vulnerabilidade da economia cabo-verdiana, que afecta de forma particular as populações mais pobres, não diminuiu, apesar do crescimento económico, tendo mantido o perfil de sempre, que qualifica Cabo Verde como um dos países mais vulneráveis do mundo. (ROMD, 2003:2).²

O país continua, não obstante os esforços em termos de investimentos produtivos e da busca de alternativas ao financiamento do desenvolvimento, fortemente dependente de recursos externos, designadamente da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas dos emigrantes para financiar os investimentos públicos, particularmente em sectores considerados vitais na redução da pobreza como o são a educação, a saúde e as infra-estruturas sociais, bem como para garantir o equilíbrio das contas externas.

Não se pode, também, como anteriormente referido, olvidar o facto de que a vulnerabilidade ambiental, particularmente os efeitos constantes da seca, tem uma particular incidência no nível de rendimentos das populações pobres do meio rural, condicionando a sua capacidade de sobrevivência e de reprodução das condições de produção.

De acordo com o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2002-2003, a pobreza atinge cerca de 37% da população do país, afectando, por conseguinte, 172.727 pessoas.

No entanto, mostram os resultados desse inquérito que a pobreza não atinge de forma linear e homogénea todo o espaço territorial, nem os mesmos grupos ou categorias sociais, e não incide de forma idêntica sobre homens e mulheres.

Assim, com o intuito de se proceder a um estudo mais aprofundado e tendo por base a sociologia diferencial, pretende-se:

- i Discutir e tornar operacionais os conceitos de pobreza e vulnerabilidade no contexto cabo-verdiano, procurando fazer emergir eventuais especificidades que diferenciam a realidade urbana da rural;
- ii Identificar os grupos mais tocados pela vulnerabilidade e pela pobreza, buscando entender o seu perfil sócio-económico e cultural;

- iii Identificar as necessidades em termos educativos e de formação, particularmente para mulheres e jovens, no sentido de promover o seu *empowerment* e capital social, tendo em vista uma melhor integração e inserção socio-económica nas suas comunidades e no país;
- iv Identificar actividades económicas e de produção geradoras de rendimento que podem conduzir ao desenvolvimento da comunidade e do aumento de rendimentos.

Ultrapassando a mera dimensão económica, o estudo procura apreender como os indivíduos e os agregados familiares considerados, ou melhor, tipificados como pobres vivenciam e definem a sua condição social, como perspectivam o seu futuro e dos seus próximos e a quem imputam a responsabilidade pela sua condição social.

Partindo do pressuposto de que a vivência e a representação social da pobreza são heterogéneas, a análise da situação da pobreza recobriu os meios urbanos e rurais, buscando captar as comunalidades² e as individualidades a nível desses espaços. De facto, embora os estudos sobre a problemática da pobreza refiram que a concentração da pobreza se dá, maioritariamente, nos meios rurais, eles apontam, contudo, para uma nítida e progressiva tendência para a sua urbanização, resultado do processo crescente do aumento da concentração demográfica nos espaços urbanos e da precariedade das condições de vida nas cidades.

Neste quadro, centrando-nos embora maioritariamente no meio rural de Santiago, o trabalho de investigação não perde de vista a nova dinâmica da pobreza nos principais centros urbanos do país, resultado, em parte, do êxodo rural e das migrações internas e da incapacidade das cidades de oferecerem bens e serviços sociais de base aos novos residentes.

No entanto, as fortes relações existentes entre a cidade e o campo, por um lado, e a persistência de padrões de comportamento rurais na cidade e da urbanização do campo, por outro, permitem visualizar as injunções inerentes ao fenómeno social que é a pobreza na sua complexidade e multidimensionalidade.

É verdade que a temática da pobreza tem vindo a ser largamente estudada em Cabo Verde, particularmente tendo como base os dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares. Contudo, o forte acento tónico colocado na dimensão “rendimentos” pode fazer obnubilar outras determinantes que, neste estudo, se pretende fazer emergir.

2

Fundamentação Teórica e Metodológica

Pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social: o puzzle conceptual

Nas sociedades contemporâneas, a pobreza e a exclusão social não estiveram, durante largos anos, no centro das atenções seja dos políticos e decisores, seja da academia. Elas apenas surgiam como sendo fundamentalmente uma característica dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Os casos raros existentes nas sociedades industriais constituíam uma excepção à regra e, neste caso, o Estado de bem-estar social dispunha de mecanismos institucionais, através dos serviços de assistência social, para os equacionar e resolver, situações, em geral, considerados como sendo isoladas e anómalas.

Entre os teóricos, a in(não)visibilidade da problemática era quase total. Os anos 70 do século passado fazem emergir, mesmo nos países industriais, um fenómeno social novo. A integração social pelo trabalho começa a entrar em crise, assim como os alicerces do Estado-Providência. Assim, a pobreza que estava longe das portas das sociedades abastadas aproxima-se de forma galopante. Já são precisas não apenas medidas de política como também uma reflexão teórica sobre este fenómeno social novo. Novo não no sentido etimológico do termo, mas antes na sua apreensão enquanto tal. Ou ainda na sua visibilidade social.

Tanto a nível do discurso político e dos técnicos de intervenção social, como na literatura das ciências sociais, os conceitos de pobreza e exclusão social têm, ultimamente, sido objecto de debate e reflexão. Não raras vezes, assiste-se a uma sobreposição entre estes dois conceitos, limitando a sua capacidade heurística. De facto,

os aspectos relacionais que os caracterizam, bem como a crescente complexificação das vertentes e factores considerados, têm, contudo, dificultado a definição das suas fronteiras e conteúdos (BIT, 2003:15).

O conceito de exclusão social, embora relativamente recente, procura explicar uma realidade social, económica e cultural que se pode encontrar em épocas remotas de diversas formações sociais, ainda que nas ciências sociais ele pretenda, fundamentalmente, captar e explicar factos relacionados com a denominada nova pobreza nos países industriais. É, por isso, aliás, que progressivamente se tem preferido usar o conceito de exclusão social ao de pobreza.

O conceito de pobreza esteve, durante muito tempo, ligado de forma umbilical à problemática de rendimentos e/ou de consumos. Apenas recentemente outras dimensões foram agregadas, nomeadamente o acesso aos serviços sociais de base como a educação, a saúde e a habitação.

Para o Banco Mundial (2000), a pobreza constitui um fenómeno que se refere à privação de bem-estar e que se manifesta em variadas dimensões que se interinfluenciam mutuamente e que pode ser medido através do acesso individual ao rendimento, à nutrição, à saúde, à educação, aos recursos, à habitação e a um determinado conjunto de direitos no contexto da vida social.

De acordo com esta concepção, pobreza perspectiva-se, em termos relativos, por referência ao contexto (económico, social, cultural) que constitui o meio ambiente em que se inserem indivíduos e famílias.

Na literatura especializada, o conceito de pobreza é definido e operacionalizado de diversas formas, sendo importante definir os contornos de cada uma dessas perspectivas.

A primeira e a mais antiga concepção de pobreza é a centrada no rendimento e no consumo. Esta concebe a pobreza, em função de uma linha de pobreza definida, em termos relativos e absolutos, tomando por base um *quantum* de rendimento ou de consumo. Assim, todos aqueles que têm um rendimento inferior aos limites máximo e mínimo definido seriam considerados pobres ou muito pobres.³

A segunda concepção, formulada, entre outros, por Paul Streeten, centra-se nas necessidades humanas básicas, entendendo-se estas como o mínimo socialmente necessário em termos de alimentação, vestuário, habitação, água potável, saneamento básico e educação que evitem situações de doença, mal nutrição e ignorância.

O BIT considera estas duas concepções como tendo a mesma lógica e, por isso, as coloca dentro de um quadro tipológico denominado de privação fisiológica (2003: 15).

Uma terceira concepção, desenvolvida pelo PNUD no âmbito dos relatórios de desenvolvimento humano e ancorada nos trabalhos do economista Amartya SEN, parte do conceito de pobreza humana, definido como se segue:

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde:

é a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade e respeito dos outros (PNUD 1997:15).

Neste âmbito, e centrando na perspectiva de SEN (2000), a pobreza só pode ser equacionada num contexto de desenvolvimento revisto, conceptualmente, pelo PNUD no âmbito dos relatórios sobre o desenvolvimento humano, que nada mais é do que o resgate da condição dos indivíduos e que deve passar pela eliminação de privação de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades para exercer ponderadamente a sua condição de agentes. A liberdade é, pois, para SEN o fim do desenvolvimento. Isto é, liberdade para buscar o atendimento das necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, vestuário, moradia, bem como para conduzir o próprio destino, escolhendo o tipo de actividades que se quer desenvolver e o estilo de vida que se quer levar.

A quarta, elaborada essencialmente pela OIT, e tomando como referencial teórico os trabalhos desenvolvidos por Peter Townsend,

para quem a pobreza deve ser vista essencialmente como a não disponibilidade de recursos necessários para fazer face às condições de vida e de conforto genericamente difundidas (padrão de vida dominante) e participar nas actividades sociais e culturais da sociedade a que se pertence. (BIT/STEP, 2003:17)

A quinta abordagem consiste menos numa (re)conceptualização e mais na metodologia de intervenção, visando a luta contra a pobreza. A centralidade da participação dos padrões na alteração do seu *statu quo* constitui o ponto central desta proposta. A definição da pobreza é, pois, dada precisamente pela não participação. Nos pobres estão presentes

a falta de dignidade, de auto-estima, de segurança e de justiça, que impedem a participação, para além do acesso à saúde e a uma vida social, mais do que a um rendimento. (BIT 2003: 17)

Estas três últimas abordagens da pobreza seriam incorporadas, do ponto de vista tipológico, na de privação social.

O interessante a observar em todas estas acepções é que a pobreza é vista como sendo relacional, multidimensional e comportando uma relatividade socio-espácio-temporal. De facto, todas elas relevam o seu carácter multidimensional, a sua evolução histórica e as mudanças dos padrões da sua definição em função de formações sociais bem específicas.

É, aliás, neste contexto que, ultimamente, toda uma conceptualização emerge em relação ao que se convencionou chamar de “nova pobreza” assente, segundo Serge PAUGAM, na desqualificação social (2003).

A problemática da nova pobreza, aquela específica dos países desenvolvidos, está intimamente associada a outros conceitos, tais como a precariedade do trabalho, a ausência de qualificação, o desemprego e a exclusão. Assim, contrariamente à perspectiva clássica de pobreza, em regra concebida de forma estática e como medida, a nova perspectiva assenta na análise do “ processo que empurra, progressivamente, para fora da esfera produtiva aqueles segmentos populacionais menos qualificados” (VERAS, 2003:14), conduzindo à marginalização e à estigmatização.

Nas sociedades onde a pobreza é estrutural, como Cabo Verde em que a perspectiva do pleno emprego e do alargamento das redes de protecção social do Estado sempre estiveram longe do horizonte tanto das políticas públicas como da demanda da sociedade civil, a pobreza não estigmatiza; ela é, de certa forma, encarada como um fenómeno natural, ainda que, por vezes, reapropriada discursivamente consoante contextos sócio-políticos bem específicos.

No entanto, não se pode negar que as características da nova pobreza emergem em força no contexto cabo-verdiano, particularmente, nos meios urbanos. De facto, o neo-liberalismo, no contexto da globalização, tem feito aumentar a vulnerabilidade dos pobres, a precariedade das relações laborais, o aumento de uma certa perversidade das formas de sociabilidade e um certo desmontar do Estado do Bem-Estar Social.

A restauração liberal dos últimos 25 anos produziu uma violenta e veloz concentração de riqueza nas mãos de um número reduzido de capitais privados. As ideias de eficiência, competitividade e equilíbrios macro-económicos substituíram o consenso keynesiano em torno do crescimento e do pleno emprego e passaram a ser os novos tótems do pensamento político-económico internacional (KRAYACHTE, 2002: 86).

A retracção do Estado e o triunfo da economia de base privada fazem com que:

a economia não cresce junto com a sociedade (emprego, segurança, renda e um mínimo de equidade) mas contra ela, destruindo e/ou precarizando os postos de trabalho, gerando insegurança, produzindo desigualdade e empobrecimento (KRAYACHTE, 2002: 86)

É neste que contexto que emerge a problemática da exclusão social e a sua associação ao fenómeno de pobreza. Estivil (2002) descreve a exclusão social como sendo

os efeitos resultantes de “uma acumulação de processos confluentes, com rupturas sucessivas de cariz político, económico e social, que vai afastando e tornando inferiores pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes.

Neste sentido, a exclusão social aparece com um fenómeno que se produz em diferentes dimensões (económica, social e política), complementares entre si e que exercem efeitos cumulativos recíprocos.

No contexto africano, a reflexão e a discussão acerca das formas e contornos que a exclusão social produz são um imperativo subjacente ao entendimento das dinâmicas e processos em causa. Ainda, os processos de exclusão – auto e hetero determinados – constituem mecanismos possíveis que deverão ser tidos em conta em qualquer análise séria sobre a pobreza e a desigualdade social.

A pobreza e a exclusão social são analisadas, neste estudo, de forma global e segundo dimensões diversas, nem sempre coincidentes nem simultâneas:

- Económica (respeitante ao acesso ao rendimento e a bens materiais);
- Política (acesso à participação e à capacidade de tomar decisões);
- Social (integração social e cultural);
- Humana (acesso à formação, informação e educação).

Aspectos Metodológicos

O estudo foi realizado na ilha de Santiago que comporta, neste momento, 9 municípios e cerca de 54% da população do país. As características da ilha, incluindo realidades importantes para a análise que se propõe fazer, nomeadamente a rural e a urbana e contendo municípios com maiores incidências de pobreza e vulnerabilidade, como são os casos de S. Lourenço dos Órgãos, S. Domingos, Santa Cruz, S. Miguel e Tarrafal e onde as migrações internas e internacionais constituem fenómenos sociológica e demograficamente importantes, determinaram a sua escolha.

De uma forma ainda mais específica, escolheu-se trabalhar em três municípios, a saber: Praia, Santa Catarina e Santa Cruz. Estes três municípios, para além de obedecerem aos requisitos referidos anteriormente, recobrem mais de dois terços da população da ilha e 43,5% do país.

A produção dos indicadores do estudo foi feita com base, por um lado, na informação estatística disponível – oriunda quer de organismos governamentais nacionais como de organizações internacionais – e, por outro, nos estudos e relatórios sobre cada um dos eixos de investigação. Complementarmente, esta recolha de dados de carácter geral incluiu a realização de um inquérito, por

amostragem, em cada um dos municípios, recobrando um total de 812 pessoas, isto é, chefes de agregados familiares.

O trabalho de terreno incluiu também a realização de 30 entrevistas aprofundadas a pessoas com o mesmo perfil dos inquiridos, tendo por finalidade o aprofundamento das questões formuladas no inquérito, a confirmação de informações recolhidas ou a emergência de contradições e/ou de diferenciações existentes entre municípios, comunidades e indivíduos. Tais entrevistas procuraram privilegiar uma abordagem intensiva, tipológica, monográfica e comparativa.

Quadro n° 1. Distribuição da amostra, segundo o sexo e o município

Município	Masculino	Feminino	Total
Praia	120	65	185
Santa Catarina	188	159	347
Santa Cruz	158	122	280
Total	466	346	812

Dos agregados familiares inquiridos, 466 eram chefiados por homens, correspondendo a 57,4% do total dos inquiridos e 42,6% tinham mulheres como chefes. Em termos de distribuição espacial, 22,8% residem no Município da Praia, 42,7% no de Santa Catarina e 34,5% no de Santa Cruz. Esta distribuição amostral buscou ter em conta o facto de que a pobreza é um fenómeno com maior relevância no meio rural, ainda que se esteja a verificar a sua progressiva urbanização.

Caracterização dos agregados familiares

Como se pode depreender da leitura do quadro n° 2, 57,4% dos inquiridos são homens e 42,6% são mulheres, aproximando-se da média nacional onde, segundo o Censo de 2000, cerca de 40% das famílias eram chefiadas por mulheres e 60% por homens. Releva também da amostra que cerca de 51,7% dos chefes dos agregados familiares inquiridos têm entre 25 e 44 anos.

O quadro n° 3, que retrata o nível de escolaridade dos inquiridos, mostra uma situação já retratada pelo Inquérito às Despesas e Receitas Familiares realizado em 2001-2002. De facto, o nível de analfabetismo dos chefes dos agregados familiares é relativamente elevado, atingindo cerca de 35,6% do total dos inquiridos,

Quadro n° 2. Distribuição da amostra segundo o sexo e o grupo etário

		Idade							Total
		Menos de 18 anos	18 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 65	Mais de 65	Total
Masculi	no	3	17	76	146	84	51	89	466
	% Sexo	.6%	3.6%	16.3%	31.3%	18.0%	10.9%	19.1%	100.0%
	% Total	.4%	2.1%	9.4%	18.0%	10.3%	6.3%	11.0%	57.4%
Fêmini	no	1	12	80	118	52	41	42	346
	% Sexo	.3%	3.5%	23.1%	34.1%	15.0%	11.8%	12.1%	100.0%
	% Total	.1%	1.5%	9.9%	14.5%	6.4%	5.0%	5.2%	42.6%
Total	no	4	29	156	264	136	92	131	812
	% Sexo	.5%	3.6%	19.2%	32.5%	16.7%	11.3%	16.1%	100.0%
	% Total	.5%	3.6%	19.2%	32.5%	16.7%	11.3%	16.1%	100.0%

Quadro nº 3. Distribuição da amostra segundo o sexo e o nível de Escolaridade

	Escolaridade							Total	
	EBI Sem instrução	EBI incompleto	EBI/ Alfabetiza ção	Ensino secundário incompleto	Ensino secundário completo	Ensino técnico/ médio	Ensino Superior		Não Respon deu
M	137	135	113	71	7	1	1	1	466
% Sexo	29.4%	29.0%	24.2%	15.2%	1.5%	.2%	.2%	.2%	100%
%Total	16.9%	16.6%	13.9%	8.7%	.9%	.1%	.1%	.1%	57.4%
F	152	85	62	41	3	0	0	3	346
% Sexo	43.9%	24.6%	17.9%	11.8%	.9%	.0%	.0%	.9%	100%
%Total	18.7%	10.5%	7.6%	5.0%	.4%	.0%	.0%	.4%	42.6%
Total	289	220	175	112	10	1	1	4	812
% Sexo	35.6%	27.1%	21.6%	13.8%	1.2%	.1%	.1%	.5%	100%
%Total	35.6%	27.1%	21.6%	13.8%	1.2%	.1%	.1%	.5%	100%

muito superior à taxa actual de analfabetismo para a população com idade superior a 15 anos, estimada em 15%.

Percebe-se ainda que enquanto para os homens inquiridos, 29,4% são analfabetos, esta percentagem sobe para 43,9% entre as mulheres chefes de família, ainda que, em termos globais, do total dos inquiridos 18,7% das mulheres sejam analfabetas. Estes últimos dados, contudo, devem ser relativizados considerando que as mulheres representam 42,6% da amostra. Fica evidente na amostra, corroborando os dados estatísticos e da Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos, que a taxa de analfabetismo entre as mulheres adulta é superior à dos homens.

Resulta também dos dados da amostra que grande parte dos inquiridos dispõe de uma formação básica. De facto, 48,7% dos inquiridos têm o Ensino Básico (completo ou incompleto) ou então frequentaram a escola de alfabetização de adultos que corresponde ao ensino básico. Apenas 13,8% possuem o ensino secundário incompleto. Constata-se ainda que 1,2% e 0,2% possuem o secundário completo, ou pós-secundário e técnico, respectivamente. Em termos médios globais, os dados mostram o baixo nível de escolarização dos chefes dos agregados familiares inquiridos.

Não se pode dissociar a correlação existente entre o nível de escolarização e a incidência da pobreza, constatado pelo IDRF e corroborado pelo presente estudo. De facto, a posse de um diploma escolar e de qualificações técnicas específicas permite uma maior facilidade de competição no mercado de trabalho e emprego e, por consequência, um acesso a rendimentos que respondem às necessidades das famílias.

Grande parte dos inquiridos, ou seja, 44%, afirma ser solteiro. No entanto, 22% são casados e 20,5% vivem em união de facto. Um dado importante a reter é que muitos afirmam ser solteiros quando, na verdade, vivem em união de facto, o que poderá querer dizer que a percentagem efectiva dos que vivem em união de facto pode encontrar-se subavaliada na amostra. Na verdade, dados existentes afirmam que a forma de união conjugal privilegiada em Cabo Verde é, sem dúvida, a união de facto.

Cerca de um terço dos inquiridos tem como fonte de emprego e rendimentos actividades sazonais e precárias, o «biscate», o que mostra a vulnerabilidade a que estão sujeitos bem como os respectivos agregados familiares. De facto, como se depreende da leitura do quadro nº 5, são várias as fontes alternativas de rendimento para as famílias vulneráveis, expostas periodicamente a situações de vulnerabilidade social. Estas famílias desenvolvem, por conseguinte, estratégias múltiplas de fazer face à necessidade de gestão dos riscos sociais. Assim,

Quadro nº 4. Distribuição da amostra segundo o sexo e o Estado Civil

	Estado Civil						Total	
	Casado	Solteiro	União Facto	Divorciado/a	Separado	Viuvo/a		Não Resp.
Mas	147	155	123	5	6	29	1	466
% Sexo	31.5%	33.3%	26.4%	1.1%	1.3%	6.2%	.2%	100.0%
% Total	18.1%	19.1%	15.1%	.6%	.7%	3.6%	.1%	57.4%
Fem	37	202	40	2	5	58	2	346
% Sexo	10.7%	58.4%	11.6%	.6%	1.4%	16.8%	.6%	100.0%
% Total	4.6%	24.9%	4.9%	.2%	.6%	7.1%	.2%	42.6%
Total	184	357	163	7	11	87	3	812
% Sexo	22.7%	44.0%	20.1%	.9%	1.4%	10.7%	.4%	100.0%
% Total	22.7%	44.0%	20.1%	.9%	1.4%	10.7%	.4%	100.0%

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde:

para além do biscate, as remessas de familiares emigrados (16,5%), outras estratégias (29,4%) e as pensões (7,4%) revelam-se de extrema importância.

Quando se analisa a situação dos inquiridos em relação à situação perante o emprego, verifica-se que a incidência do desemprego é extremamente acentuada, o que acaba por tornar crucial as estratégias complementares de rendimento. De facto, de acordo com os dados do quadro nº 6, a taxa de desemprego entre os chefes de agregados familiares atinge 49,8%, ou seja, quase metade dos inquiridos. Esta taxa é mais do que o dobro da taxa de emprego global em Cabo Verde que, em 2000, atingia 17,5%, ou cerca do dobro da taxa global de desemprego em 2005, estimada em 24,4%.

Não se pode deixar de relevar o facto de que as mulheres chefes de família, na sua grande maioria domésticas, não são consideradas como fazendo parte da população activa.

Não analisando, neste momento, as condições de habitabilidade e de conforto das famílias inquiridas, convém, no entanto, referir que a maioria dos inquiridos (77%) habita na sua própria residência, independentemente das suas condições de habitabilidade. Apenas 12,7% vivem em casas alugadas, enquanto 10,3% em residências cedidas. O montante do aluguer é relativamente baixo, o que é compreensível para uma população de baixos rendimentos que dificilmente consegue arcar com esse tipo de despesas.

Nos centros urbanos a alternativa tem sido a construção de residências precárias, de uma ou duas divisões, em bairros ilegais e, por vezes, em espaços insalubres e perigosos. Já no meio rural, a tradição do aluguer é quase que inexistente. Os agregados familiares recém-constituídos ou pobres, quando ainda não possuem uma residência própria, tendem a habitar em residências disponibilizadas por familiares.

Quadro nº 5. Distribuição da amostra segundo o sexo e a Tipologia das fontes do rendimento e sua durabilidade

Tipologia das fontes do rendimento e sua durabilidade										
	Biscate	Remessas	Pensão	Apoio social	Biscate e remessas	Outros	Remessas e outros	Pensão e outros	NR	Total
Mas	133	68	45	14	24	155	2	9	16	466
% Sexo	28.5%	14.6%	9.7%	3.0%	5.2%	33.3%	.4%	1.9%	3.4%	100%
% Total	16.4%	8.4%	5.5%	1.7%	3.0%	19.1%	.2%	1.1%	2.0%	57.4%
Fem	130	66	15	5	11	84	6	4	25	346
% Sexo	37.6%	19.1%	4.3%	1.4%	3.2%	24.3%	1.7%	1.2%	7.2%	100%
% Total	16.0%	8.1%	1.8%	.6%	1.4%	10.3%	.7%	.5%	3.1%	42.6%
Total	263	134	60	19	35	239	8	13	41	812
% Sexo	32.4%	16.5%	7.4%	2.3%	4.3%	29.4%	1.0%	1.6%	5.0%	100%
% Total	32.4%	16.5%	7.4%	2.3%	4.3%	29.4%	1.0%	1.6%	5.0%	100%

Quadro nº 6. Distribuição da amostra segundo o sexo e a situação perante o emprego

	Situação perante o emprego			Total
	Desempregado	Empregado por conta própria	Empregado por conta doutrem	
Masculino		192	117	157 466
%Sexo	41.2%	25.1%	33.7%	100.0%
% Total	23.6%	14.4%	19.3%	57.4%
Feminino		212	63	71 346
%Sexo	61.3%	18.2%	20.5%	100.0%
% Total	26.1%	7.8%	8.7%	42.6%
Total	404	180	228	812
%Sexo	49.8%	22.2%	28.1%	100.0%
% Total	49.8%	22.2%	28.1%	100.0%

Quadro nº7. Distribuição da amostra segundo o sexo e propriedade da habitação

	Propriedade da habitação			Total
	Própria	Alugada	Cedida	
Masculino		192	117	157 466
% Total	23.6%	14.4%	19.3%	57.4%
Feminino		212	63	71 346
% Total	26.1%	7.8%	8.7%	42.6%
Total	404	180	228	812
% Total	49.8%	22.2%	28.1%	100.0%

3

Vulnerabilidade Social em Cabo Verde

Cabo Verde conviveu e continua a conviver, desde o início da colonização, com situações de precariedade social e económica decorrentes, de um lado, da debilidade de sua base produtiva e de sustentação económica e, de outro, de políticas públicas que não souberam - ou não quiseram - aproveitar as suas vantagens comparativas em momentos históricos bem específicos, transformando-as em vantagens competitivas.

Sendo um arquipélago, situado na zona saheliana, por conseguinte, num contexto climático pouco favorável à prática da agricultura e da pecuária, com um ecossistema extremamente frágil, uma base de recursos naturais reduzida e terras agricultáveis escassas (10% do total da superfície do país), a sua população conheceu, em vários momentos, situações de pobreza extrema e que, até finais da primeira metade do século passado, deram lugar a períodos de fomes, secas e mortandades (Carreira, 1972). É apenas a partir dos anos 60 do século XX que episódios de mortes em massa deixaram de ocorrer, com uma nova intervenção das autoridades coloniais, com a emergência de programas assistenciais alargados, com a entrada em funcionamento das denominadas «estradas» que fazem recurso a trabalho intensivo, ou frentes de alta intensidade de mão-de-obra. Esta nova configuração do Estado Colonial na «Província Ultramarina de Cabo Verde», a que não estão alheias as fortes pressões internacionais, decorrentes da luta de libertação nacional, faz emergir, o que Correia e Silva denominou o Estado Leviathã ou de Bem-Estar Social (Correia e Silva, 2000).

Não obstante os investimentos consentidos a partir dos anos sessenta do século passado e que se expandiram depois da independência, as condições sócio-económicas de uma parcela significativa das famílias cabo-verdianas fazem com que a vivência em situações de extrema vulnerabilidade seja uma constante. De facto, a precariedade do emprego e, logo, de acesso a rendimentos, uma actividade agrícola capciosa por causa do regime pluviométrico, mas também de

problemas fundiários, fazem com que a vivência de forma permanente ou a convivência periódica com a pobreza sejam um elemento estruturante da realidade sócio-económica de uma franja significativa das famílias cabo-verdianas.

Durante décadas, a mitigação da pobreza e da vulnerabilidade foi assegurada pelas mortes que dizimaram, de forma recorrente na história do arquipélago, dezenas de milhares de pessoas, e pela migração, forçada ou espontânea, como sublinha António Carreira. A emigração de cabo-verdianos como contratados para S. Tomé e Príncipe no início do século passado, continua, seguindo as pegadas das secas, até os finais dos anos quarenta do mesmo século, altura em que seria progressivamente substituída, de forma pendular pela emigração para os Estados Unidos da América, para o Brasil e Argentina, bem como para as antigas colónias/ províncias ultramarinas de África, e de forma mais sistemática para Portugal e demais países europeus já no começo da década de sessenta.

Com as actuais restrições ao nível das políticas de imigração, tanto nos países europeus como nos Estados Unidos, tem-se vindo a verificar um refluxo no fenómeno migratório, particularmente com as expulsões e deportações, fazendo perigar a já frágil tessitura social cabo-verdiana, de forma particular nos principais centros urbanos. Acresce a emergência de um fenómeno novo na realidade cabo-verdiana: a imigração. De facto, assiste-se, nos últimos anos, a uma entrada crescente de pessoas provenientes dos vários países da costa ocidental africana que, ao abrigo dos acordos de livre circulação de pessoas e bens entre os países da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) de que Cabo Verde é signatário, tem permitido essa entrada crescente de imigrantes.

Os estudos sobre a pobreza realizados em 1993, com base nos resultados do inquérito às receitas e despesas familiares realizado em 1988-89, mostraram que 30% da população cabo-verdiana era, na altura, pobre, e, destes, 14% viviam numa situação de extrema pobreza.

Mais recentemente, nos anos 2001/2002, um novo inquérito às despesas e receitas familiares foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Neste âmbito, foi definido como linha de pobreza o montante de 48.250\$00/ano/capita, que corresponde a uma despesa mensal de 3.604\$00 e cerca de 120\$00/dia. Assim, todos aqueles cujo nível de despesa se situe abaixo desse limiar são integrados na categoria de *pobres*. De entre os pobres, o IDRF identifica *os muito pobres*, ou seja, os indivíduos cujo nível de despesa anual não ultrapasse 28.833\$00, cerca de 80\$00 diários.

Os resultados do IDRF 2001/2002 mostraram um agravamento da situação da pobreza em Cabo Verde, verificando-se um total de 36% de pobres e 20% de muito pobres. De um total de 470 687 indivíduos estimados em 2001/2002,

172.727 viviam no limiar da pobreza, ou seja viviam com um rendimento anual não superior a 43.250\$. Destes, 93.000 são muito pobres, isto é, grupo de indivíduos que vivem com menos de 28.833\$, por ano.

No sentido de pôr cobro a esta situação de pobreza, a partir de 1997, o Governo, com apoio de parceiros internacionais, concebeu o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, um programa-quadro que visa congregar recursos financeiros e organizacionais das instituições governamentais, dos municípios e da sociedade civil para uma intervenção eficaz no combate à pobreza. Com três projectos específicos, o PNLP tem implementado actividades de redução e combate à pobreza, recobrando três componentes fundamentais: (i) a integração dos pobres na economia; (ii) a construção das infra-estruturas económicas e sociais de base; (iii) e a melhoria do acesso dos pobres aos serviços sociais de base.

O Projecto de Desenvolvimento do Sector Social (PDSS) financiado pelo Governo de Cabo Verde e pelo Banco Mundial, o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) com financiamento do Governo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, os Municípios e os beneficiários e o Projecto de Promoção Sócio-Económica dos Grupos Vulneráveis (PSGD), financiado pelo Governo e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), podem ser considerados os grandes promotores do processo de luta contra a pobreza.

No entanto, recentemente, e numa abordagem que se pretende mais integrada e holística, foi elaborado um Documento de Estratégia e Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) que tem como uma das principais finalidades uma maior centralização da problemática da pobreza no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas.

Perfil da Pobreza

O Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza sintetiza, nos seguintes termos, o perfil da pobreza em Cabo Verde no limiar do século XXI:

- i) a grande pobreza é sobretudo rural, embora tenha também aumentado nas zonas urbanas; ii) a incidência da pobreza é maior quando o chefe de família é mulher; iii) a pobreza aumenta com a dimensão da família; iv) a influência da educação na determinação da pobreza é significativa; v) as ilhas de Santo Antão e Fogo, predominantemente agrícolas, apresentam a maior incidência de pobreza; vi) o desemprego afecta de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres; vii) é entre os trabalhadores da agricultura e pescas que existe maior propensão para se ser pobre (DECRP, 2004).

De acordo com os dados do IDRF 2001/2002, a pobreza continua sendo, em Cabo Verde, um fenómeno essencialmente rural, não obstante se estar a conhecer a sua urbanização.

De facto, a pobreza é mais acentuada nas zonas rurais. Efectivamente, um pouco mais de metade da população (51%) é pobre e em cada 100 pessoas, 30 vivem na pobreza absoluta.

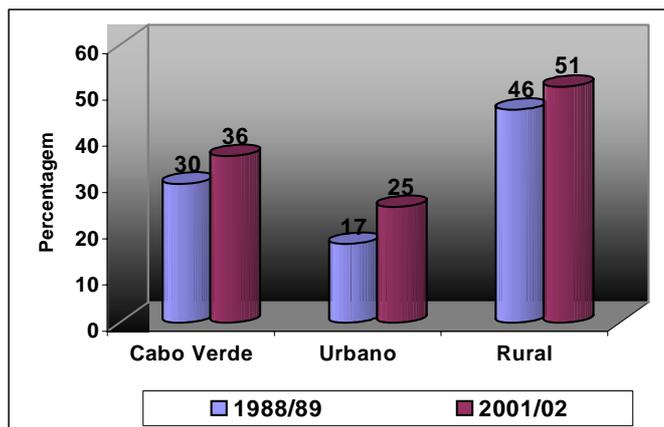
É verdade que entre 1988/89 e 2001/2002, a pobreza aumentou tanto no mundo rural como nas cidades.

Contudo, o ritmo desse aumento dá-se de forma diferenciada. Se, em 2001/2002, 51% dos pobres e 30% dos muitos pobres viviam no meio rural, constata-se que os pobres do meio urbano, que representavam 17% em 1988/89, passaram para 25% em 2001/2003. Os muito pobres do meio urbano, em 1988/89, eram 7% e passaram para 12% em 2001/2002.

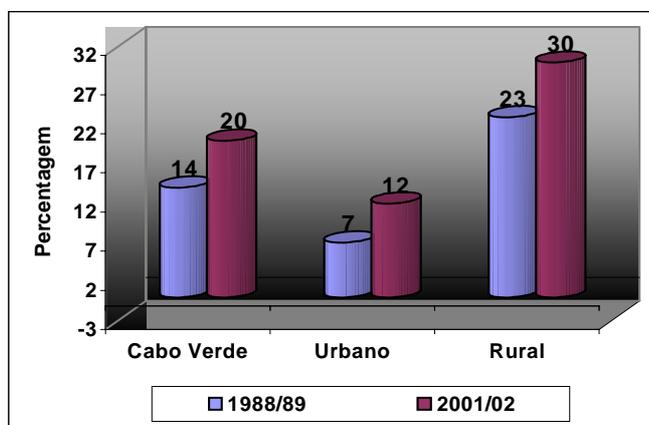
Quando se analisa a distribuição da pobreza a nível geográfico, isto é, a sua distribuição pelas ilhas, constata-se que ela tem maior incidência nas 5 ilhas ditas rurais e com vocação predominantemente agrícola. Como se pode depreender da leitura do quadro nº8, a ilha de Santo Antão é aquela onde mais da metade da população vive em situação de pobreza. Necessitando embora de um estudo específico, a situação dessa ilha demonstra claramente como os investimentos públicos nem sempre se traduzem em melhoria do rendimento da população mais pobre. De facto, no âmbito dos investimentos consentidos pelo Governo e pelas autarquias e com forte recurso do financiamento externo, designadamente das Cooperações Holandesa e Luxemburguesa nos domínios das infra-estruturas, da conservação de solos e água, a taxa de pobreza continua sendo das mais elevadas do país. Provavelmente, a situação fundiária da ilha, aquela com maior concentração da propriedade fundiária do país, uma base produtiva restrita e um nível de qualificação técnica e profissional baixo, aliado a um baixo investimento privado e uma deslocação das poupanças para outras ilhas ou mesmo para fora do país, poderão explicar, em parte, tal situação.

Os dados do quadro permitem rapidamente concluir que as ilhas onde a população rural é maior são aquelas onde a pobreza tende a ser expressiva. As condições naturais, técnicas e sociais de produção agrícola explicam tal facto. Condições agro-ecológicas pouco propícias à produção agrícola, uma estrutura fundiária assente maioritariamente na exploração indirecta da terra e em minifúndios, técnicas e tecnologias de produção rudimentares nas agriculturas de sequeiro caracterizam o mundo da produção agrária cabo-verdiana, fazendo com que a produtividade agrícola seja extremamente baixa e que os rendimentos auferidos não garantam minimamente a sobrevivência das famílias, fazendo

Gráfico 1 : Evolução da pobreza e extrema pobreza, urbana e rural, 1989-2002



Pobreza urbana e rural



Extrema pobreza urbana e rural

INE, IDRf 1989 e 2002: IN: ROMD

com que mais de dois terços dos membros das explorações agrícolas tenham fontes de rendimento em actividades extra-agrícolas.

Quadro n° 8. Pobreza nas ilhas agrícolas de Cabo Verde em 2002

Ilhas	% População pobre	% População muito pobre
Santiago	37	20
Santo Antão	54	34
Fogo	43	25
Brava	41	16
São Nicolau	40	24
Cabo Verde	36	20

Fonte: IRDF

No entanto, como sublinha Paul SINGER,

o crescimento económico em geral reduz a pobreza, mas não chega a beneficiar os muito pobres, as vítimas da pobreza crónica, que se transmite de pais a filhos e resulta em exclusão social. (2002: 20).

De facto, tal é a situação cabo-verdiana durante toda a década de noventa. A partir de 2001 as taxas de crescimento económico têm sido robustas sem, no entanto, um impacto directo, efectivo e durável na diminuição da incidência da pobreza. De facto, e como aponta o Relatório dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento,

a evolução dos indicadores no período que medeia entre 1990 e 2002 revela algumas tendências contraditórias do processo de desenvolvimento em Cabo Verde. De um lado, um crescimento económico importante que fez com que o PIB a preços constantes tivesse duplicado, crescendo a uma taxa média anual de 6 por cento. O rendimento médio, medido pelo indicador PIB/habitante, aumentou cerca de 52 por cento em dólares (154 por cento em Ecv) no mesmo período, tendo crescido a uma taxa média anual de 4 por cento. O nível médio de despesas das famílias duplicou para 146 contos/ per capita/ano (1989: 71 contos actualizado para 2002 em função da inflação acumulada). Do outro lado, a pobreza

não diminuiu. Pelo contrário, de acordo com dados ainda provisórios do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias 2001/02, o número de pobres aumentou em valor absoluto, e o seu peso relativo no conjunto da população também aumentou para 36 por cento (1989:30 por cento), ou seja, um agravamento da pobreza da ordem dos 20 por cento nos últimos 13 anos. A melhoria do nível médio de vida e da riqueza geral não se fez acompanhar pela redução proporcional da pobreza.” (ROMD:1).

Neste sentido, acrescenta SINGER,

o combate micro-económico à pobreza é imprescindível. Os que têm escolaridade nenhuma ou baixa, moram em bolsões de pobreza e sequer têm roupa ‘apresentável’ e dinheiro para a condução, não têm como procurar emprego e são registrados nas estatísticas como ‘ocupados’ (quando fazem biscates) ou, mais frequentemente, como ‘fora da força do trabalho’. Quando a economia cresce, o desemprego cai, mas eles continuam tão pobres quanto antes. (2002:20)

Em termos das relações de género, a incidência da pobreza é, como já se referiu, maior entre as mulheres. Com efeito, a população feminina, representando 52% da população residente de Cabo Verde, concentra 51,6% dos pobres. Note-se ainda que 53% dos agregados familiares dirigidos por mulheres são pobres. É interessante, todavia, notar que a proporção de famílias “femininas” muito pobres baixou de 20% em 1988-89 para 16% em 2001-2002. A feminização da emigração no decurso dos últimos quinze anos explica provavelmente em parte esta evolução.

Um elemento caracterizador da pobreza em Cabo Verde tem a ver com o tamanho do agregado familiar. De facto, dados apontam para que quanto maior for o tamanho do agregado familiar, maior é o índice de pobreza. Efectivamente, cerca de 46% dos agregados com mais de 6 filhos são pobres.

Crescimento Económico e Pobreza em Cabo Verde

As políticas macroeconómicas seguidas pelo Estado pós-colonial seja no quadro de uma economia com base pública seja, a partir de 1990, numa economia de base essencialmente privada, pugnaram por um crescimento forte e sustentado capaz de criar rendimentos e empregos que pudessem absorver uma demanda anualmente crescente de emprego, principalmente por parte dos jovens. Mais ainda: a criação de empregos afigurava-se fundamental tendo em conta o refluxo na emigração, devido às limitações progressivamente impostas pelos países tradicionalmente recebedores de emigrantes cabo-verdianos.

A partir dos anos 90, de uma forma bem mais vincada, o desengajamento do Estado da actividade económica em proveito dos privados constitui uma das pontas-de-lança das políticas económicas. Neste sentido, o investimento privado, principalmente estrangeiro, passou a desempenhar um papel de crucial importância no processo de crescimento, substituindo-se ao investimento público até então predominante.

Assim, o sector terciário transformou-se em sector dominante na estrutura produtiva, tendo como alavanca um forte incremento do turismo, bem como dos diferentes segmentos dos transportes, do sector bancário e do comércio. De igual modo, verificara-se uma evolução lenta, para não se dizer quase estagnada do sector primário que, no entanto, continuou a ser o grande absorvedor da mão-de-obra rural.

O reduzido desempenho do sector primário, aliado ao crescimento da população rural verificado na década de noventa e o papel ainda decisivo dos rendimentos provenientes das actividades agrícolas na subsistência de uma parte significativa das populações rurais, acabam por ter um impacto negativo no rendimento das famílias e dos trabalhadores rurais, expondo-lhes, de forma acrescida, aos riscos da pobreza e da vulnerabilidade. Estaríamos aqui em presença daquilo para que SINGER chamara a atenção: a existência de segmentos populacionais que, dificilmente, no quadro de políticas macroeconómicas, seriam beneficiados pelos resultados do crescimento económico.

No caso cabo-verdiano, as estatísticas económicas demonstram-no: o elevado crescimento económico registado durante os anos 90 e que continua nos anos 2000 permitiu, é verdade, a criação de empregos e a sua repartição mais igualitária em termos de género. Contudo, segundo o DECRP este “crescimento, apesar dos efeitos positivos sobre o emprego, não se traduziu numa diminuição da pobreza relativa”. Mais ainda, o sector informal parece estar a absorver uma quantidade significativa da mão-de-obra, sobretudo feminina.⁴

A análise dos indicadores macroeconómicos mostra-nos que, a partir da segunda metade dos anos 90, a taxa média anual de crescimento foi de cerca de 8,4%, um crescimento significativo quando comparado com o desempenho de outros países africanos. De facto, e ainda segundo o DECRP, “na última década, a taxa média de crescimento em Cabo Verde foi duas vezes superior à dos países africanos”. Aponta ainda “com um crescimento demográfico de 2,4%, o PIB *per capita* aumentou em média de 3,9% entre 1992 e 2000”⁵.

Contudo, e como foi referido anteriormente, a economia cabo-verdiana continua a ser das mais vulneráveis do mundo, uma vulnerabilidade estrutural e que se traduz no elevado nível de pobreza e na forte dependência em relação à ajuda pública para o desenvolvimento.

Aliás, é reconhecendo a vulnerabilidade económica, social e ambiental do país, a pobreza de mais de um terço da população do país e o reflexo mitigado do crescimento económico e da criação de empregos na melhoria das condições de vida de uma parcela não negligenciável da população que os últimos governos têm procurado definir e implementar políticas, programas e projectos específicos de luta contra a pobreza e que, recentemente, redundaram na preparação de um documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza que pretende centrar a luta contra a pobreza no âmago das políticas económicas de desenvolvimento do país, sem esquecer que, como sublinha SINGER “o combate micro-económico à pobreza é imprescindível” (2002).

Pobreza e Actividade Económica

O crescimento económico e do PIB e a geração de empregos, sendo embora condições do desenvolvimento económico e social de um país e elemento importante no combate à pobreza e à exclusão social, não são, contudo, condições suficientes ou determinantes únicos.

Em Cabo Verde, o crescimento de emprego durante a década de noventa do século passado acompanhou o crescimento da actividade económica, ainda que esse crescimento não tenha, por um lado, feito recuar de forma significativa a taxa de desemprego estimada em 17% em 2000 e, 24,4% e em 2005, e, por outro, não tenha feito recuar a pobreza.

De acordo ainda com o DECRP:

“O crescimento económico foi acompanhado por um aumento importante da população activa⁶. Esta mais do que duplicou no decurso dos anos vinte. A taxa de emprego feminino conheceu o crescimento mais significativo, passando de 12% em 1980 para 30% em 2000. Conclui-se ainda que o crescimento dos anos 90 foi claramente mais eficaz na criação de empregos do que nos anos 80. De facto, 1% de crescimento do PIB foi acompanhado por um crescimento de 0.6% do emprego nos anos 90, contra 0.28% na década de 80. Isto explica que o crescimento económico de 6% na década de 90 se traduziu num aumento da população activa de 3,7%, superior ao crescimento demográfico (2,6%). Note-se que, na década de 90, este crescimento do emprego afectou de modo igual homens e mulheres, ao contrário do que se havia verificado na década de 80, em que o impacto do crescimento sobre o emprego tinha beneficiado sobretudo as mulheres (crescimento duas vezes superior)” (2004).

Aliás, os dados do quadro nº 9 mostram de forma evidente que, nas últimas duas décadas, a criação de emprego tenha sido uma constante, embora de forma mais sólida durante os anos 90, superando a taxa de crescimento demográfico.

Contudo, tal crescimento está longe de responder ao desemprego de longo prazo existente e à entrada anualmente crescente de novos demandadores de emprego.

Em relação ao desemprego, parece existir a necessidade de um estudo específico sobre o fenómeno e de forma particular sobre o perfil dos desempregados e sua aspiração. De facto, parece existir uma inadequação entre as ofertas de trabalho criadas pela economia e aquelas desejadas pelos jovens cabo-verdianos. Com efeito, as empresas de construção civil e das infra-estruturas rodoviárias têm tido dificuldades em recrutar mão-de-obra, tornando-se esse mercado quase que uma exclusividade dos imigrantes. Em contrapartida, as estatísticas de emprego mostram um agravamento do desemprego, particularmente entre os jovens dos 15 aos 24 anos.

Para o caso cabo-verdiano, nitidamente se constata uma ausência de correlação positiva entre o crescimento económico e a pobreza e que se traduz pelo aumento da desigualdade na repartição do rendimento. Por outro lado, reconhece-o o DECRP “uma repartição desigual do rendimento pode, a médio e a longo prazos, contrariar o impacto positivo das políticas de redistribuição sobre a pobreza” (2004).

Aliás, o próprio DECRP reconhece que tal situação não é nem inédita e nem inexplicável pela teoria económica. Diz o documento que

Na verdade, a investigação económica recente fornece várias hipóteses que põem em evidência um eventual impacto negativo de uma elevada desigualdade dos rendimentos sobre o crescimento económico. A primeira hipótese diz respeito à imperfeição do mercado do crédito. Uma proporção elevada de pobres no mundo rural sem acesso ao crédito não consegue financiar projectos de investimento viáveis que sustentem um aumento dos seus rendimentos. Uma segunda hipótese põe em evidência os riscos de conflitos sociais e políticos gerados por uma distribuição desigual, hipotecando assim o investimento e o crescimento económico. Note-se que Cabo Verde, ao apostar no sector do turismo como um dos sectores motores do crescimento, torna-se particularmente vulnerável aos efeitos negativos sobre a segurança pública que podem resultar de uma elevada taxa de desemprego e de uma desigual repartição do rendimento. (DECRP, 2002)

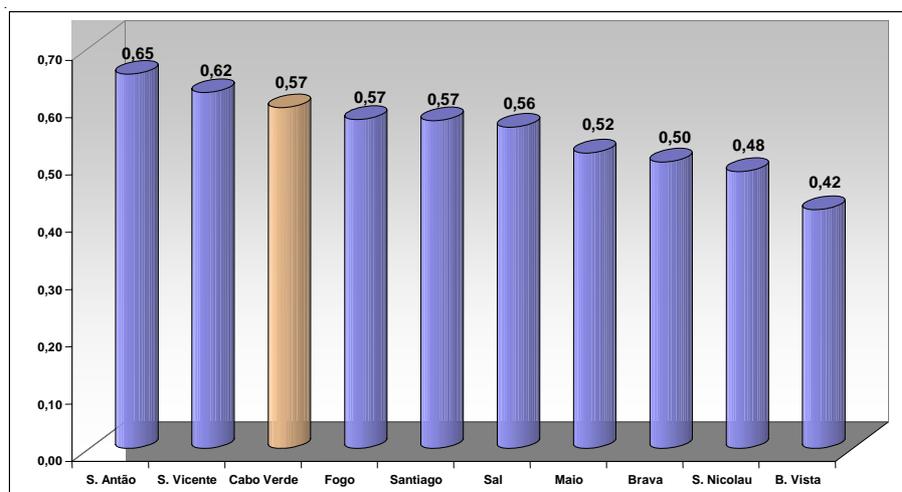
Esta conclusão reforça a perspectiva de Singer de que a criação de empregos e rendimentos para uma parcela significativa da população pobre, particularmente os que se encontram em situação de extrema pobreza, não passa pelas políticas de natureza macroeconómica, mas antes por políticas que focalizem de forma adequada este grupo-alvo.

Um dos elementos analíticos importantes para se verificar o aumento da desigualdade social é a análise do Índice de Gini.

Na verdade, em termos globais, a análise e caracterização da pobreza permitem constatar e concluir que o crescimento económico verificado em Cabo Verde na última década foi acompanhado por um aumento da desigualdade na repartição do rendimento, como bem expressa a evolução do índice de Gini entre 1988-89 e 2001-2002, em cujo período aumentou de 0.43 para 0.57. A excessiva concentração da riqueza está ainda ilustrada no facto de 10% da população mais pobre ter apenas 1% do rendimento. Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa *per capita*, enquanto que o último decil (os 10% mais ricos) representa 47% da despesa total.

Em termos geográficos, Santo Antão apresenta o maior índice de concentração da riqueza, com 5% da população a absorver 50% do consumo, seguida de S. Vicente e Fogo. As ilhas da Boavista e S. Nicolau mostram níveis de concentração relativamente moderados. O maior agravamento da desigualdade⁷, na década de 90, verificou-se na ilha de S. Vicente (+ 55%), seguida de Fogo (+ 46%) e Santiago (+40%).

Gráfico 2: Coeficiente de Gini por ilha. Fonte: ROMD



De acordo com os dados do Censo de 2000, a população economicamente activa era de 174.168, ou seja, 55,8% da população com 10 anos e mais. A análise do quadro mostra-nos que a taxa de actividade (população de 10 anos e mais) em

Vulnerabilidade Social em Cabo Verde

2000 era 59,54% para a população masculina e 52,56% para a população feminina. Entre 1980 e 2000, houve um crescimento da taxa de actividade na ordem dos 3,65%.

Se a taxa de actividade da população masculina se equilibra entre o meio urbano e o meio rural, a população feminina é mais activa no meio rural (59,48%) que no meio urbano (51,37%).

Quadro nº 9. Distribuição da população activa segundo o sexo e o meio de residência

	População residente	População com actividade de económica
CABO VERDE		
Ambos os sexos	311.775	174.168
Mulheres	164.399	86.413
Homens	147.376	87.755
MEIO URBANO		
Ambos os sexos	173.014	95.665
Mulheres	90.502	46.491
Homens	82.512	49.174
MEIO RURAL		
Ambos os sexos	138.761	78.503
Mulheres	73.897	39.922
Homens	64.864	38.581

Fonte: Ives Bourdet, Crescimento-emprego - rendimentos-pobreza em Cabo Verde, 2002.

Quadro nº 10. Evolução do emprego por ilha 1980-2000

Ilhas	Taxa média anual de criação do emprego		
	1980/90	1990/2000	1980/2000
Sal	3,83%	10,64%	7,18%
Maio	4,67%	7,76%	6,21%
Boavista	2,31%	7,75%	4,99%
São Vicente	3,11%	6,25%	4,67%
Santiago	5,16%	4,08%	4,62%
Fogo	0,34%	6,38%	3,32%
São Nicolau	2,37%	3,61%	2,99%
Brava	0,29%	4,57%	2,41%
Santo Antão	1,85%	2,86%	2,35%
Cabo Verde	3,72%	4,72%	4,22%

Fonte: Ives Bourdet, Crescimento-emprego-rendimentos-pobreza em Cabo Verde, 2002.

O efectivo da população empregada, por seu turno, aumentou mais rapidamente entre os 1990 e 2000 em cerca de 4,72%.

O efectivo dos indivíduos que se encontravam no emprego em Junho de 2000, de acordo com os resultados do Censo, foi de 144.310, dos quais 78.314 (54,3%) eram homens e 65.996 (45,7%) eram mulheres. A relação de masculinidade permite constatar que por cada 100 mulheres com emprego, existem 119 homens na mesma situação, quando na população residente total existem 93 homens para cada 100 mulheres.

Tal situação, e numa perspectiva de análise de género, mostra que a situação da mulher face ao risco de desemprego continua a ser mais precária que a dos homens. Efectivamente, uma mulher activa, em cada quatro, estava desempregada em 2000, situação inalterada em relação aos dados verificados no censo de 1990. Em termos concretos, e reforçando a análise anteriormente feita sobre a relação entre o crescimento económico, a criação de empregos e a pobreza, malgrado o crescimento económico avultado registado na década de 90, permi-

tiu apenas absorver a mão-de-obra feminina absorvida pelo mercado de trabalho, mas não fez alterar a taxa de desemprego das mulheres. Provavelmente, apenas as novas que demandaram o mercado de trabalho terão sido empregadas, ficando as do desemprego de longa duração, com menor nível de instrução e qualificação profissional, e dos meios rurais fora do mercado formal de trabalho.

A taxa bruta de ocupação verificada é de 33,4%, atingindo valores mais elevados entre os homens, ou seja, 37,7% contra os 29,5% registados entre as mulheres.

Tomando a população residente com 15 anos ou mais empregada por sexo e ramo de actividade, em 2000, 54,65% do emprego concentra-se no meio urbano contra 45,35% no meio rural.

Em 2000, o sector primário empregava 24% da população activa (contra 57% no sector terciário) e contribuía com 9,7% do PIB (contra 74,1% para o sector terciário)⁸. De referir que o sector primário na década de 90 contribuía com 12% para a formação do PIB. A concentração dos investimentos privados, particularmente, no sector terciário, fez aumentar a produtividade do sector que, segundo estudos, terá sido três vezes superior à do sector primário. Tal facto explica o aumento da criação de emprego no sector terciário em detrimento do primário, com a necessária movimentação de mão-de-obra para aquele sector de actividade económica.

A inactividade surge como um forte indicador da pobreza, representando 38,19% da pobreza, com predomínio de mulheres (64,94%) contra uma participação de 35,06% para os homens. Aproximadamente 1/3 da população activa é pobre.

Assim, 28,25% dos agregados familiares de chefes ocupados são pobres e também a maioria destes últimos é muito pobre.

De facto, a precariedade do emprego predomina e torna volátil o estatuto das pessoas em relação à pobreza, contribuindo para que muitas famílias não consigam descolar do limiar da pobreza devido à instabilidade estrutural do seu posto de trabalho.

Entre a população desempregada a proporção de pobres e de não pobres é praticamente idêntica, ou seja 49% são pobres e 51% não são pobres. Em ambos os casos as diferenças entre os sexos são residuais.

O desemprego afecta, todavia, de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres. Na verdade, enquanto que 20% dos pobres estão no desemprego, entre os não pobres essa proporção é de 10%.

A taxa de desemprego é naturalmente superior para os pobres. Ainda de acordo com os dados do INE, para os pobres essa taxa era de 33%, o dobro da verificada para os não pobres (16%).

A análise do mercado de trabalho e emprego, a partir do Censo de 2000, permite ainda constatar que o desemprego atinge de forma particular a população jovem que é superior à dos adultos. Não obstante tal facto, verificou-se, contudo, uma baixa significativa do desemprego dos jovens de 15-24 anos, entre 1990 e 2000, o que indica uma diminuição das dificuldades de transição da escola para o trabalho.

A economia informal reveste de uma importância particular seja na geração de empregos, seja de rendimentos em Cabo Verde. Esta importância tem vindo a ter um crescimento visível, de forma particular, a partir dos anos noventa do século passado com o processo de privatização de empresas públicas, o impulso à economia de base essencialmente privada e a terceirização de sectores importantes até então implementados pelo Estado e suas instituições. A par disso, convém realçar a implementação de programas de racionalização dos efectivos da administração pública e que se traduziram, designadamente, no congelamento do recrutamento de novos funcionários que não reúnem um conjunto de requisitos definidos por Lei e na implementação de programas de abandono voluntário e de reforma antecipada.

De outro lado, com a urbanização crescente, e sem que o mercado formal do trabalho pudesse absorver a mão-de-obra que anualmente demandava o mercado de trabalho, a economia informal surge como uma das mais importantes alternativas de emprego e rendimento para grupos populacionais significativos.

Contudo, a economia informal pelas suas características estruturais, pelo tipo de actividade económica que desenvolve, pelo perfil dos seus operadores e dos trabalhadores, pela dimensão do empreendimento e volume de negócios apresenta uma característica, aparentemente, paradoxal. Ao mesmo tempo constitui uma alternativa para as populações pobres e vulneráveis e, por outro, não constitui, na maioria dos casos, uma alternativa segura e duradoura de saída da situação de pobreza.

De acordo com as informações do Inquérito à economia informal realizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, o sector informal, particularmente nos meios urbanos, compõe-se de pequenas empresas privadas, de carácter familiar, essencialmente no sector dos serviços e comércio, e empregando pessoal pouco qualificado. Ainda de acordo com o mesmo Inquérito, estima-se que o sector informal representa 40% do emprego total. Aquele valor varia significativamente inter-sectores : 50% no comércio, restauração e hotelaria, 34% na

Quadro nº 11. População com 15 anos e mais segundo o Estatuto da Pobreza e Sexo por Condição na Actividade Habitual

Situação na Actividade	Pobre		Não Pobre		Total	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Empregado	20.213	16.578	51.606	41.810	93.416	58.388
Desempregado	8.437	9.432	8.886	9.419	18.305	18.851
Inactivo	11.839	21.938	25.783	48.340	74.123	70.278
Total	40.489	47.948	86.275	99.569	185.844	147.517

Fonte: INE - Perfil da Pobreza

indústria transformadora, 25% na construção, 17% nos serviços pessoais e 9% nos transportes.

A forte presença da economia informal no sector do comércio, hotelaria e restauração reflecte o desenvolvimento rápido destas actividades durante os anos 90, com a dinamização da economia de base privada e o aumento do investimento externo no país e indicia a ocorrência de uma transferência do emprego formal nestes sectores.

Pobreza e nível de instrução

Analisando o nível de correlação entre a pobreza e algumas variáveis caracterizadoras dos agregados familiares, apercebe-se que a influência da educação na determinação da pobreza é significativa. O grau de instrução que o chefe do agregado possui não só influi na probabilidade do agregado ser pobre, como também explica a desigualdade entre os agregados. Em geral, constatam-se os maiores níveis de incidência, profundidade e gravidade da pobreza nos agregados cujos chefes de família não possuem qualificação. Os pobres sem instrução carecem de 15% do valor equivalente à linha de pobreza para deixarem de ser classificados como pobres.

Entre os pobres com idade igual ou superior a 4 anos de idade, 85% não têm instrução, ou têm apenas o nível equivalente ao Ensino Básico. Em termos absolutos, dos 173.000 pobres existentes em Cabo Verde cerca de 155.000 têm idade igual ou superior a 4 anos e destes cerca de 37.000 não têm instrução e 94.000 têm o equivalente ao Ensino Básico.

Ainda de acordo com os dados do IDRF, cerca de 23% de indivíduos com 15 ou mais anos de idade, não sabem ler e nem escrever, a nível geral. No grupo dos pobres, 30% não sabem ler nem escrever, ou seja, são analfabetos.⁹

De acordo com os dados do INE e inscritos no quadro nº11, se 25% dos muito pobres não possuem qualquer nível de instrução, entre as categorias populacionais com maior nível de despesa, os considerados como não pobres-altos, apenas 8% não possuem qualquer nível de instrução. A nível do pós-secundário, são notórias as discrepâncias entre as diferentes categorias populacionais em função do seu estatuto na pobreza. De facto, à medida que o nível de despesa aumenta a discrepância torna-se mais notória, apesar de somente 3% da população total de 4 anos e mais ter esse nível de ensino.

Quadro n°12. População com 4 anos e mais segundo o Estatuto na Pobreza por nível de instrução

Nível de Instrução	Total	Muito Pobre	Pobre	Não Pobre Baixo	Não Pobre Médio	Não Pobre Alto
CABO VERDE						
Sem Instrução	20	25	23	19	13	8
EBI	55	61	60	55	45	29
Secundário	23	14	17	25	35	37
Pós Secundário	3	0	0	1	6	26
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100
MASCULINO						
Sem Instrução	15	21	18	14	9	6
EBI	57	63	65	57	46	31
Secundário	24	15	17	27	37	33
Pós Secundário	3	0	0	1	8	30
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100
FEMININO						
Sem Instrução	23	28	27	23	16	11
EBI	52	59	56	53	45	27
Secundário	22	12	16	24	34	41
Pós Secundário	2	0	0	1	5	22
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

Não obstante o facto de a escolaridade obrigatória de seis anos ter sido implementada desde os inícios dos anos noventa, constata-se que o universo dos indivíduos pobres em idade escolar que não frequentam nenhum estabelecimento de ensino é de 13 em cada 100.

Ainda relativamente ao nível de instrução, dos 27000 agregados familiares pobres, cerca de 98% são chefiados por pessoas sem qualquer nível de instrução ou com apenas o nível do Ensino Básico. Desagregando estes dados, apercebe-se que, dentro deste grupo, 56% dos chefes de agregados familiares não têm qualquer nível de instrução e que 42% possuem apenas o Ensino Básico.

4

Pobreza e Vulnerabilidade no Município da Praia

Contexto

Constitui objecto deste capítulo a análise da profundidade da vulnerabilidade social e da pobreza das famílias da Ilha de Santiago, particularmente no Concelho da Praia, pelo peso e comparticipação na distribuição da vulnerabilidade social a nível da ilha e a nível do país.

Concretamente em relação ao Concelho da Praia, naturalmente pelo tamanho do aglomerado populacional, não seria de esperar que a abrangência do estudo fosse completa, pelo que uma amostra aleatória foi seleccionada no universo populacional, tendo sido identificados cinco bairros do universo do Concelho, todos eles periféricos à Cidade-capital do país, concretamente os bairros de São Pedro Latada, Achada Mato, Castelão e Tira Chapéu.

O universo populacional do estudo é o conjunto dos chefes dos agregados familiares com mais de dezoito anos, homens e mulheres, proporcionalmente ao número de agregados de cada um dos bairros identificados, escolhidos aleatoriamente.

O Concelho da Praia, segundo o Censo de 2000¹⁰, contribui com cerca de 25% dos agregados familiares no país, sendo que 91,3% destes vivem na Praia urbana, contra os 8,7% que vivem na Praia rural.

Sabe-se também que grande parte dos agregados familiares no Concelho da Praia é chefiada por homens, cerca de 60%, e os restantes por mulheres. Contudo, cerca de 23% do total dos chefes dos agregados familiares são analfabetos, sendo que a repartição desta taxa de analfabetismo também é bastante desigual em relação ao sexo do chefe: apenas 13% nos homens e cerca de 39% nas mulheres que chefiam os seus agregados familiares.

O tamanho médio dos agregados familiares no Concelho da Praia passou de 5 elementos em 1990, para 4,4 elementos em 2000, um pouco abaixo da média nacional nos dois períodos, 5,1 e 4,6 elementos por agregado familiar, respectivamente. Nota-se, assim como a nível nacional, que o agregado familiar chefiado por homem no Concelho da Praia é ligeiramente superior em termos de elementos (4,6) do que quando é chefiado por mulher (4,3).

Dos inquiridos, 65% são homens e 35% são mulheres. A concentração das idades dos inquiridos está na faixa etária dos 25 a 54 anos, representando cerca de 79% dos inquiridos. Os restantes 20%, cerca de 8% têm idade entre os 18 e os 24 anos, enquanto que os restantes 13% tem mais de 55 anos.

Nível de Escolaridade

Uma parte importante dos inquiridos tem até o ensino primário incompleto, cerca de 77%, dos quais 27% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Dos restantes, apenas 17% dos inquiridos responderam que frequentaram o ensino secundário, mas não chegaram a concluir este nível de ensino. Esta análise demonstra uma fraca escolaridade dos chefes de família no seu todo, pois apenas 18% dos inquiridos frequentaram o ensino secundário e destes apenas 1% completou este nível de ensino. Nenhum chefe de família inquirido na Praia respondeu ter frequentado o ensino superior.

Em matéria de educação, os dados do Censo de 2000 confirmam que a taxa de analfabetismo em relação à população residente na Praia com mais de 15 anos de idade é de 18,3%, sendo desigual em relação aos sexos: 10,5% para os homens contra os 25,0% nas mulheres.

Ainda em matéria de taxa de analfabetismo para esta mesma população, mas só para a Praia urbana, constata-se que ela é de 16,2% em relação ao total, mas é também desigual em relação ao sexo, ou seja, 8,8% nos homens e cerca de quatro vezes superior nas mulheres (22,6%).

Este mesmo Censo permite-nos aferir que, ainda em relação ao analfabetismo, 23,2% dos chefes de agregados familiares da Praia são analfabetos, sendo que a sua distribuição por sexo é também bastante desigual, sendo 13,1% nos homens e 38,8% nas mulheres.

Se analisarmos a questão da escolaridade do chefe por sexo, constatamos que há mais chefes de famílias homens que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (57%) do que mulheres (43%). Mas o mesmo já não acontece em relação aos chefes de família que frequentaram um nível de ensino, mas não completaram o nível de ensino primário. Neste caso, a predominância vai para os homens, com cerca de 68%, contra os 32% das chefes de família mulheres que frequentaram este nível de ensino.

Actividade Profissional

Se tivermos em conta a população activa do Concelho, sabemos através do Censo de 2000 que a distribuição do desemprego em relação ao sexo não é uniforme, sendo que ele é mais frequente nas mulheres, cerca de 26%, contra os 10% nos homens. Nota-se uma clara disparidade em termos de acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres e, conseqüentemente, de acesso ao rendimento.

A análise da repartição da população empregada com 15 anos e mais por principal meio de vida permite-nos afirmar que o principal meio de vida dos praienses é o trabalho (92%), seguido dos apoios das famílias residentes no país ou emigradas. Tanto em relação às pensões ou a outros tipos de rendimento, a percentagem de famílias praienses que vive com estes meios de vida é praticamente insignificante (cerca de 1% no seu todo).

Em relação à profissão dos chefes, as respostas estão concentradas nas profissões de dona de casa, pedreiro, funcionário e outras profissões não identificadas. Contudo, outras profissões como a “ravidância”, empregada doméstica, trabalhador(a) das FAIMO, biscateiro(a), etc., são referenciadas pelos inquiridos como sendo as suas ocupações profissionais.

Se a análise for feita segundo o sexo do chefe da família, estaremos na possibilidade de afirmar que 97% dos chefes que se identificaram como donas-de-casa são mulheres. Este valor é de 100% em relação à profissão de empregada doméstica em referência às mulheres. Situação semelhante acontece em relação à profissão de pedreiro, neste caso o chefe do agregado (homem).

O domínio do chefe de agregado homem é também visível nas profissões de ajudante de pedreiro, carpinteiro, biscateiro ou mesmo funcionário. Em relação a estas profissões o peso dos chefes de agregados mulheres é pouco significativo. Situação, no entanto, particular acontece em relação à profissão de “ravidante”, onde há uma predominância nos chefes de agregados mulheres (70%), contra os 30% dos chefes de agregados homens.

Sabe-se, segundo o Censo de 2000, que o Concelho da Praia contribui em cerca de 18% do total dos desempregados em Cabo Verde com mais de 15 anos, um pouco acima da média nacional (17,3%). Da mesma forma, o desemprego afecta sobretudo a camada jovem e adulta, pois cerca de 91% dos desempregados no Concelho têm menos de 44 anos.

Dos chefes de famílias que responderam a este inquérito, quase metade deles estava na situação de desempregado na altura da realização do inquérito (cerca de 48%). Todavia, para os 52% chefes de agregados empregados, apenas 17% têm um emprego por conta própria.

Na situação de desempregado, no entanto, está a maioria dos chefes de agregados mulheres que representa cerca de 58% dos inquiridos. Esta constatação

agrava-se quando tivermos em conta que dos chefes de agregados inquiridos neste inquérito, apenas 35% do total são chefes de agregados mulheres. Por outras palavras, em cada 65 chefes de agregados mulheres na Praia, 52 delas encontra-se na situação de desempregada. Esta realidade é significativamente diferente em relação à situação do chefe de família homem, pois, em cada 100 chefes do agregado deste sexo na Praia, apenas 32 estão na situação de desempregado.

Porém, se tivermos em conta a situação dos chefes de agregados perante a profissão e a sua idade, nota-se que o desemprego afecta com maior incidência os chefes de família com idade entre os 25 e os 45 anos, representando cerca de 58% do total dos desempregados. Da mesma forma, se introduzirmos a distribuição por sexo, idade e situação na profissão dos chefes de agregados, será possível afirmar que, tanto para os homens como para as mulheres, o desemprego afecta preferencialmente os chefes de agregados pertencentes a este intervalo de idade (25 a 45 anos).

Nota-se, contudo, um peso significativo da situação de desempregado dos chefes de agregados familiares com idade superior a 65 anos, tanto nos homens como nas mulheres. Esta situação demonstra uma fragilidade grande do tecido social do Concelho, colocando este grupo populacional numa situação de população dependente.

Por tamanho do grupo familiar, sabemos que em cada 100 agregados familiares no Concelho da Praia, 12 têm menos de dois membros, 72 agregados têm entre três e sete membros, sendo neste intervalo onde está a média do Concelho (4,4 elementos), 15 têm entre oito e onze membros e apenas 1 em cada 100 agregados tem mais do que doze elementos como membros.

Se atendermos ao factor desemprego, ele é particularmente incisivo nos agregados com mais de três membros. Dos 133 chefes de agregados familiares inquiridos cujos agregados têm entre 3 e 7 membros, cerca de 46% estão na situação de desempregado, que, aliás, afecta em cerca de 41% dos chefes cujos agregados têm até 2 membros e em cerca de 66% para os que têm mais de 7 membros.

Quadro n° 13. Nível de emprego e desemprego, segundo o sexo e o grupo etário

Situação Perante O Emprego	Idade	Sexo		Total (%)			
		Masculino (%)	Feminino (%)				
Empregado(a)	18 a 24	6	7,5	3	23	9	9,4
	25 a 34	27	32,9	1	7,6	28	29,4
	53 a 44	35	41,1	6	46,1	41	43,1
	45 a 54	13	15,8	3	23	16	16,8
	55 a 65	0	0	0	0	0	0
	> 65 anos	1	1,2	0	0	1	1,1
Total		82	86,3	13	13,6	95	100
Desempregado(a)	18 a 24	1	2,6	4	7,6	5	5,5
	25 a 34	6	15,7	14	26,9	20	22,2
	53 a 44	14	36,8	18	34,6	32	35,5
	45 a 54	5	13,1	5	9,6	10	11,1
	55 a 65	1	2,6	4	7,6	5	5,5
	> 65 anos	11	31,4	7	13,4	18	20
Total	38	42,2	52	57,7	90	100	

Condições de Habitabilidade

A posse ou não de uma habitação própria é, sem dúvida, um indicador importante para avaliar a vulnerabilidade social dos agregados familiares do Concelho da Praia. Num país onde a tradição com maior vigor é a posse de uma habitação própria e condigna, torna-se particularmente importante avaliar as possibilidades dos agregados face à posse de uma habitação própria, alugada ou cedida.

5

Município de Santa Catarina

Contexto

O Concelho de Santa Catarina é o terceiro mais importante do país em termos demográficos e de extensão. De acordo com os dados do Censo de 2000, a população residente era de 49.185, o que corresponde a 11,3% em relação à população total do país e 21,14% relativamente à da Ilha de Santiago. A taxa de urbanização é ainda relativamente baixa, representando a população urbana cerca de 14,2%.

A população do concelho encontra-se distribuída em 9.910 agregados familiares, sendo que 83% se encontram nas zonas rurais. Desses agregados familiares, cerca de 21% dos agregados são mono-parentais nucleares. De referir que 52,7% dos agregados familiares são chefiados por mulheres.

Identificação dos chefes de agregados familiares inquiridos

No concelho de Santa Catarina foram inquiridos ao todo 347 chefes de agregados familiares, sendo 54,2% homens e 45,8% mulheres. No entanto, dados do Censo de 2000 já referidos indicam a predominância dos agregados chefiados por mulheres nesse concelho. A faixa etária dos inquiridos está compreendida entre os menos de 18 anos e mais de 65 anos.

Contudo, 62,2% dos inquiridos (a maioria) situa-se na faixa etária dos 25 a 54 anos, sendo que dos restantes 37,8%, 2% situa-se na faixa etária de menos de 18 a 24 anos e 35,8% em mais de 55 anos.

Em termos de escolaridade, verifica-se um nível de escolaridade extremamente baixo entre os chefes de agregados familiares inquiridos. Com efeito, 41,2% desses chefes de agregados não possuem nenhuma habilitação, 40,9% frequentaram ou concluíram o ensino primário, 15,9% possuem o ensino secundário incompleto, 1,2% concluiu o ensino secundário ou o ensino superior.

Convém assinalar que 0,9% dos inquiridos não respondeu à questão quanto ao nível de escolaridade e que nenhum dos inquiridos frequentou o ensino técnico/médio ou ensino profissional.

O nível de escolaridade é maior nos chefes de agregados familiares do sexo masculino do que nos chefes de agregados familiares do sexo feminino. Dos 41,2% chefes de agregados inquiridos que não possuem nenhuma habilitação, 50,3% são mulheres e 33,5% são homens.

A nível do ensino básico, dos 40,9% dos inquiridos que frequentaram ou concluíram este nível de ensino, 32,7% são mulheres e 47,9% são homens. A nível do ensino do secundário, dos 15,9% dos inquiridos que frequentaram este nível de ensino, 16,5% são homens e 15,9% são mulheres. 1,2% do total dos inquiridos que concluiu o ensino secundário ou o ensino superior apenas 0,6% é do sexo feminino.

Em síntese, o analfabetismo incide mais nos chefes de agregados do sexo feminino. Por outro lado, a percentagem dos chefes de agregados familiares do sexo masculino que frequentou ou concluiu os ensinamentos básico, secundário e superior é maior do que a dos chefes de agregados do sexo feminino.

Em termos de grupo etário, o analfabetismo incide mais nos chefes de agregados com 55 ou mais anos de idade. Mais de 70% dos inquiridos que se encontram nessa faixa etária não possui nenhuma habilitação académica, confirmando, desta forma, a tendência registada no Censo de 2000, segundo a qual o analfabetismo atinge com maior acuidade as gerações mais velhas.

Quanto ao estado civil, 36,6% dos chefes de agregados familiares inquiridos era solteiro/a, 24,8% era casado/a, 16,7% era viúvo/a, 16,4% vivia em situação de união de facto e 4,6% em situação de divórcio ou de separação, sendo que 1% dos inquiridos não respondeu a essa questão. Em resumo, a maioria dos chefes de agregados familiares inquiridos era solteiro(a) ou casado(a).

Situação profissional dos chefes de agregados familiares inquiridos

As profissões mais comuns entre os chefes de agregados familiares inquiridos são biscateiro (21,3%), dona de casa (15,3%) e agricultor/a (9,5%). Da restante percentagem (53,9%), 15,3% não tinham uma profissão definida, 8,6% exerciam outro tipo de profissão, 8,6% eram funcionário/as e 21,4% distribuem-se pelas profissões seguintes: empregada doméstica, ajudante de pedreiro, pedreiro, carpinteiro, trabalhador/a FAIMO e rabadante.

Analisando a profissão dos chefes de agregados inquiridos por sexo, podemos constatar nitidamente uma divisão sexual do trabalho. Assim, profissões como dona de casa, empregada doméstica e rabadante são exercidas exclusivamente por chefes de agregados do sexo feminino (92,5%, 100% e 95%).

Em contrapartida, profissões como agricultor, pedreiro, ajudante pedreiro e carpinteiro são exercidas exclusivamente por chefes de agregados do sexo masculino (90,9%, 100%, 75% e 100%). Quanto às demais profissões identificadas, existe maior distribuição da percentagem entre os ambos os sexos.

Quanto à situação face ao emprego, 44,4% dos chefes de agregados familiares inquiridos estavam desempregados e 55,6% empregados. A taxa de desemprego na população inquirida é relativamente equilibrada em termos de sexo, com ligeira desvantagem para as mulheres. Enquanto que nos homens ela é de 44,1%, nas mulheres é de 44,7%.

Em termos de faixa etária, o desemprego afecta com maior incidência os inquiridos com idade compreendida entre os 35-44 anos e com 65 ou mais anos de idade. Com efeito, 25,3% dos inquiridos que se encontram na faixa etária dos 35-44 anos estão em situação de desemprego, enquanto que dos inquiridos com 65 ou mais anos de idade, 36,4% se encontram em situação de desemprego, constituindo-se, deste modo, a faixa etária mais afectada pelo desemprego.

Nota-se, assim, uma maior incidência do desemprego na faixa etária mais atingida pelo analfabetismo, isto é, 65 ou mais anos de idade. De destacar também, conforme referido anteriormente, que o desemprego tem maior incidência, ainda que ligeiramente, nos chefes de agregados do sexo feminino, que constituem a população inquirida com menos nível de escolaridade e nos chefes de agregados com 3 a 7 membros. Efectivamente, 77,9% dos chefes de agregados com 3 a 7 membros encontram-se em situação de desemprego.

Em termos de população empregada nota-se claramente um equilíbrio entre os sexos. Dos 55,6% de chefes de família inquiridos que se encontram empregados, 27,7% são mulheres e 27,9% são homens.

De realçar que dos 55,6% de chefes de família inquiridos que se encontram empregados, 23,3% trabalham por conta própria e 32,2% por conta de outrem. Da população inquirida que trabalha por conta própria (23,3%), 24,5% são mulheres e 22,3% são homens.

Portanto, há mais mulheres a trabalharem por conta própria do que homens. Em contrapartida, há mais homens a trabalharem por conta de outrem do que mulheres. Dos chefes de família empregados nessa situação (23,3%), 33,5% são homens, contra 30,8% que são mulheres.

Quadro nº 14. Situação perante o emprego por sexo

Sexo	Desempregado	(%)	Empregado por conta própria (%)	Empregado por conta de outrem	(%)	Total	(%)
Masculino	83	44,1	42	22,3	63	33,5	188
Feminino	71	44,7	39	24,5	49	30,8	159
Total	154	44,4	81	23,3	112	32,3	347

Quadro nº 15. Situação perante o emprego por idade

Idade	Situação Perante O Emprego			Total (%)
	Desempregado (%)	Empregado por conta própria (%)	Empregado por conta de outrem (%)	
< de 18 anos		2	2,5	2
18 - 24	2	1,3	3	5
25 - 34	11	7,1	28	51
35 - 44	39	25,3	35	101
45 - 54	19	12,3	27	64
55 - 65	27	17,5	14	56
> 65 anos	56	36,4	5	68
Total	154	100,0	112	347

Rendimento e composição do agregado familiar

Em relação ao rendimento mensal do agregado familiar, 18,7% dos inquiridos responderam que o rendimento do agregado familiar é inferior a 10.000\$00, 56,8% responderam ter rendimento entre 10.000\$00 a 20.000\$00 e 8,6% responderam ter rendimento entre 20.000\$00 a 30.000\$00, sendo que nenhum dos agregados familiares inquiridos possui rendimento mensal superior a 30.000\$00.

De salientar que 15,9% dos inquiridos não respondeu a essa questão, fundamentalmente, por considerarem ser uma questão de carácter privado. Contudo, podemos afirmar que o rendimento mensal dos agregados familiares inquiridos varia entre menos de 10.000\$00 a 30.000\$00.

O rendimento mensal dos agregados familiares chefiados por homens é superior ao dos agregados chefiados por mulheres, situação que não constitui uma particularidade desde estudo e de resto reconhecida pelo Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza adoptado recentemente pelo Governo. Se por um lado, encontramos mais agregados chefiados por mulheres com rendimento mensal inferior a 10.000\$00, por outro lado, encontramos mais agregados chefiados por homens com rendimento superior a 10.000\$00.

Dos agregados familiares chefiados por mulheres, 31,4% têm rendimento mensal inferior a 10.000\$00, contra 8% no caso dos agregados chefiados por homens. Com efeito, 66% dos agregados chefiados por homens têm rendimento entre 10.000\$00 a 20.000\$00, contra 45,9% no caso dos agregados chefiados por mulheres. Finalmente, 12,2% dos agregados chefiados por homens têm rendimento entre 20.000\$00 a 30.000\$00, contra 4,4% no caso dos agregados chefiados por mulheres.

Os agregados familiares em que os chefes se encontram empregados têm mais rendimento do que os agregados onde estes se encontram em situação de desemprego, evidenciando-se, assim, a importância da situação face ao emprego do chefe na determinação do rendimento mensal do agregado familiar, o que explica, em parte, o facto de os agregados chefiados por homens terem mais rendimento do que os agregados chefiados por mulheres ligeiramente mais afectadas pelo desemprego.

Assim, 47,7% dos agregados com rendimento mensal inferior a 10.000\$00 corresponde a agregados em que os chefes se encontram desempregados, contra 52,3% dos agregados em que os chefes estão empregados.

De realçar, ainda, que dos agregados com rendimento mensal entre 10.000\$00 a 20.000\$00, 39,6% correspondem a agregados em que os chefes se encontram desempregados e 60,4% a agregados em que os chefes estão empregados. Por

Quadro nº 16. Rendimento do agregado familiar por sexo

Sexo	Rendimento do Agregado Familiar					NR (%)	Total (%)
	< 10.000 (%)	10.000-20.000 (%)	20.000-30.000 (%)				
Masculino	15 (8,0)	124 (66,0)	23 (12,2)			26 (13,8)	188 (100,0)
Feminino	50 (31,4)	73 (45,9)	7 (4,4)			29 (18,2)	159 (100,0)
Total	65 (18,7)	197 (56,8)	30 (8,6)			55 (15,9)	347 (100,0)

último, dos agregados com rendimento mensal entre 20.000\$00 a 30.000\$00, 23,3% correspondem a agregados em que os chefes se encontram desempregados e 76,7% a agregados cujos chefes estão empregados.

É curioso observar que há mais agregados em que os chefes se encontram empregados com rendimento mensal inferior a 10.000\$00, mas também, com rendimento mensal superior a 10.000\$00.

Todavia, se em relação aos agregados com rendimento inferior a 10.000\$00, se verifica um pequena desvantagem para aqueles em que os chefes estão empregados, já em relação aos agregados com rendimento superior a 10.000\$00, constata-se uma desvantagem acentuada para os agregados onde os chefes se encontram em situação de desemprego.

Dos 347 chefes de agregados familiares inquiridos no conselho de Santa Catarina, 66,9% responderam não ter nenhum membro do agregado a trabalhar, 30,3% responderam ter entre 1 a 2 membros do agregado familiar a trabalhar e apenas 2,9% afirmaram ter no agregado entre 3 a 5 pessoas a trabalharem.

Nos agregados familiares chefiados por homens há mais membros do agregado que trabalham do que naqueles que são chefiados por mulheres. Dos agregados familiares com 1-2 e 3-5 membros que trabalham, 57,1% e 70% respectivamente correspondem a agregados chefiados por homens, residindo, eventualmente, aqui outra das razões pela qual têm mais rendimento do que os agregados chefiados por mulheres.

No entanto, este aspecto não constitui significativamente um dos factores explicativos do facto de os agregados chefiados por homens terem mais rendimentos do que os agregados chefiados por mulheres, dado que os agregados cujos chefes responderam que nenhum membro exerce uma profissão remunerada têm mais rendimento do que os demais. Paradoxalmente, cerca de 66% dos agregados cujos chefes afirmaram que nenhum membro do agregado exerce uma profissão remunerada têm rendimento mensal entre 10.000\$00 a 30.000\$00.

Não existe, deste modo, uma relação de proporcionalidade directa entre o número de membros dos agregados que trabalham e o rendimento mensal. Contudo, não deixa de ser uma mais-valia e mais uma forma de garantir ou aumentar o rendimento mensal do agregado.

Outra provável razão que podemos apontar para a existência dessa desigualdade de rendimentos entre os agregados chefiados por homens e os agregados chefiados por mulheres é o tipo de profissão exercida pelo chefe.

Os chefes de agregados do sexo masculino exercem profissões com uma remuneração superior aos dos chefes de agregados do sexo feminino. Os primeiros concentram-se em profissões como agricultor, pedreiro, ajudante de pedreiro

e carpinteiro, enquanto os segundos se centram em profissões como dona de casa, empregada doméstica e rabidante.

Quanto às fontes de rendimento, 33,1% dos chefes de famílias inquiridos afirmaram que o rendimento do agregado provém de biscates, 19,3% de remessas, 6,3% de pensão, 2,6% de apoios de instituições de solidariedade, 2,6% de biscates e remessas e 33,4% dos inquiridos responderam ter outras formas de obtenção do rendimento do agregado familiar.

De realçar que 2,6% dos inquiridos não responderam à questão quanto às fontes de rendimento e que o biscate e/ou remessa constituem fontes de rendimento de mais de metade dos agregados familiares inquiridos (55%). Portanto, mais de metade desses agregados dependem de remessas de familiares ou de terceiros e/ou de prestação de serviços ocasionais para a sua sobrevivência.

Observando as fontes de rendimento por sexo do chefe de agregado, constata-se um predomínio dos agregados chefiados por mulheres quando as fontes de rendimento apontadas pelos inquiridos são biscate (51,3%), remessas (55,2%) e apoio de instituições de solidariedade social (55,6%).

Em contrapartida, o predomínio dos agregados chefiados por homens verifica-se unicamente quanto se trata de pensão (63,6%), o que nos leva a afirmar que os agregados chefiados por mulheres dependem mais de remessas e de prestação de serviços ocasionais para a sua sobrevivência do que os agregados chefiados por homens, tornando-se, assim, financeiramente mais vulneráveis.

Quanto à constituição, a maioria dos agregados familiares (71,2%) cujos chefes foram inquiridos era constituída por 3 a 7 elementos, sendo que 20,5% eram constituídos por 8 a 11 elementos, 6,1% eram constituídos por menos de 2 elementos e 1,4% por mais de 12 elementos.

Portanto, 91,7% dos agregados familiares eram constituídos por 3 a 11 elementos. De realçar ainda que 0,9% dos chefes de família inquiridos não respondeu à questão quanto ao número de elementos que compõem o respectivo agregado familiar e que dos agregados constituídos por 3 a 7 elementos (que constituem 71,2% dos agregados inquiridos) mais de metade é chefiada por mulheres (53,4% dos agregados constituídos por 3 a 7 elementos são chefiados por mulheres).

Condições de habitabilidade

Dos 347 chefes de agregados familiares inquiridos, 69,5% responderam viver em casa própria, 16,1% em casa alugada e 14,4% em casa cedida, dados que, tal como os do Censo de 2000, espelham a preferência dos cabo-verdianos por uma habitação própria, sobretudo no meio rural. De realçar, ainda, que a percentagem

Quadro nº 17. Rendimento do agregado familiar segundo a situação perante o emprego

Rendimento do Agregado familiar	Situação Perante O Emprego				Total (%)			
	Desempregado (%)	Empregado por conta própria	Empregado por conta de outrem					
< de 10.000	31	47,7	14	21,5	20	30,8	65	100,0
10.000-20.000	78	39,6	50	25,4	69	35,0	197	100,0
20.000-30.000	7	23,3	8	26,7	15	50,0	30	100,0
NR	38	69,1	9	16,4	8	14,5	55	100,0
Total	154	44,4	81	23,3	112	32,3	347	100,0

de agregados familiares inquiridos que vivem em habitação própria (69,5%) é superior à média nacional medida pelo referido Censo (64,4%).

Analisando a propriedade da habitação por sexo do chefe do agregado, constata-se que há maior número de agregados familiares chefiados por homens a viverem em casa própria e alugada do que agregados chefiados por mulheres. Tal facto permite inferir da maior precariedade da situação das mulheres e das famílias por elas chefiadas, considerando que a posse de uma habitação própria significa libertar rendimentos, anteriormente comprometidos com o aluguer, para outras despesas do agregado.

Este é um facto que, uma vez mais, demonstra a desigualdade económica existente entre os agregados familiares chefiados por homens e os agregados familiares chefiados por mulheres.

Com efeito, 72,3% dos agregados familiares chefiados por homens vivem em casa própria, enquanto que dos agregados chefiados por mulheres 66% vivem em casa própria. Ainda quanto à propriedade da habitação, 17,6% dos agregados familiares chefiados por homens vivem em casa alugada, contra 14,5% dos agregados chefiados por mulheres. Finalmente, 10,1% dos agregados chefiados por homens vivem em casa cedida, enquanto que 19,5% dos agregados chefiados por mulheres habitam em casa cedida por familiares ou amigos.

Quanto ao tipo de habitação, 85,3% dos inquiridos vivem numa casa, 5,2% num quarto e 9,5% em parte de casa. Há mais agregados chefiados por homens a viverem numa casa do que agregados chefiados por mulheres. Em contraposição, há mais agregados chefiados por mulheres a viverem em quarto e parte de uma casa do que agregados chefiados por homens.

Assim, 88,3% dos agregados chefiados por homens habitam numa casa, contra 81,8% dos agregados chefiados por mulheres. Com efeito, 3,7% dos agregados chefiados por homens vivem num quarto, enquanto que 6,9% dos agregados chefiados por mulheres vivem nessa condição. Finalmente, 8% dos agregados chefiados por homens vivem em parte de casa, contra 11,3% dos agregados chefiados por mulheres.

Nesse aspecto, constata-se que os agregados chefiados por homens vivem em melhores condições habitacionais do que os agregados chefiados por mulheres, com a agravante de os agregados constituídos por 3 a 7 elementos que representam 71,2% dos agregados inquiridos, serem chefiados maioritariamente por mulheres (53,4% dos agregados constituídos por 3 a 7 elementos são chefiados por mulheres).

A maioria dos agregados (75,8%) tem entre 2 a 4 divisões, 21% têm 5 ou mais divisões e 3,2% apenas uma única divisão. Se tivermos em conta que 71,2% dos agregados inquiridos são constituídos por 3 a 7 elementos e que 75,8% desses

agregados têm entre 2 a 4 divisões, podemos constatar que as condições de acolhimento de cerca de 71,2% dos agregados inquiridos são precárias, não existindo um equilíbrio entre o número de quartos e o número de elementos que compõem o agregado familiar.

Em relação à posse de casa de banho e cozinha, 47% dos agregados familiares inquiridos dispõem de cozinha, 24,2% de casa de banho e cozinha, 1,2% possuem casa de banho e 27,7% não dispõem dessas infra-estruturas.

A elevada proporção de famílias que habitam numa casa e mais ainda numa casa própria esconde as reais condições de habitabilidade, seja em termos de número de compartimentos da habitação seja em termos de acesso à água, energia, e saneamento como se poderá ver a seguir.

Sistema de Saneamento e Acesso à Água

Em relação ao sistema de saneamento, a maioria (56,5%) dos chefes de família inquiridos afirmou que o agregado não tem nenhum sistema de saneamento, 26,2% responderam utilizar a fossa séptica, 12,7% a sentina pública, a 3,7% latrina e 0,9% respondeu utilizar o esgoto.

No tocante às formas de aprovisionamento de água, 64,8% dos inquiridos responderam que obtêm a água no chafariz, 23,1% dos inquiridos responderam ter ligação domiciliária, 8,6% em poço/nascente e 3,5% auto transportada, sendo que o chafariz é o principal meio de aprovisionamento de água, assim como, a nível nacional, atendendo aos dados do Censo de 2000 que nos dizem que cerca de 45% da população do país obtêm a água desta forma.

Como se pode ver, a ausência de sistemas domiciliários de evacuação de excretos bem como de casas de banho, latrinas ou retretes faz com que as ruas, as bermas das casas e demais espaços contíguos à habitação se constituam em depósitos de lixo, trazendo problemas ambientais e de saúde pública.

De igual modo, o acesso à água, em quantidade, qualidade e a uma distância razoável, constitui ainda um privilégio de poucos. Em Santa Catarina, não obstante o alargamento da rede domiciliária de abastecimento de água para as comunidades rurais, apenas um terço tem acesso a essa forma de abastecimento. Dois terços ou se abastecem em poços, ou de água auto-transportada ou outros pontos de água, em quantidade, condições higiénicas e de transporte nem sempre recomendáveis.

São as mulheres e as meninas, em regra, as responsáveis pelo aprovisionamento em água, percorrendo, muitas vezes, grandes distâncias, o que constitui um factor inibidor da realização de outras actividades, nomeadamente os estudos, a formação ou mesmo um emprego remunerado.

Quadro nº 18. Propriedade da habitação segundo o sexo

Sexo	Propriedade Da Habitação				Total (%)
	Própria (%)	Alugada (%)	Cedida (%)	Total (%)	
Masculino	136	33	19	188	100,0
Feminino	105	23	31	159	100,0
Total	241	56	50	347	100,0

Nível de conforto

A electricidade é a principal energia para iluminação utilizada pelos agregados familiares inquiridos (30,5%), seguida da vela (25,9%), do petróleo (21,3%) e do gás butano (13,8%), sendo que 8,4% dos agregados familiares inquiridos utilizam simultaneamente para a iluminação o petróleo e a vela.

Para a cozinha, a principal energia utilizada pelos agregados familiares inquiridos é a lenha (64,3%), com reflexos negativos para o meio ambiente. O gás butano é utilizado por 35,2% dos agregados familiares inquiridos, sendo que 0,5% utiliza simultaneamente a lenha e o gás butano para a preparação e a confecção de alimentos. A lenha e o gás butano constituem, assim, as únicas fontes de energia utilizada por esses agregados familiares.

A utilização da lenha, como se pode observar, é maioritária, trazendo problemas ambientais sérios para um ecossistema frágil com a destruição da cobertura vegetal, mas também para a saúde da mulher, a responsável pela cozinha. De facto, o fumo decorrente da utilização da lenha, quando permanentemente utilizada, pode dar origem a doenças pulmonares e respiratórias.

Acresce-se que o aprovisionamento em lenha constitui também uma prerrogativa das mulheres e das raparigas, no âmbito da divisão sexual do trabalho que alicerça as relações de género em Santa Catarina.

Quanto à posse de frigorífico, somente 14,7% dos agregados familiares inquiridos dispõem desse equipamento. Relativamente à posse de televisão e rádio, apenas 21,9% e 50,1% dos agregados familiares inquiridos dispõem, respectivamente, de tais electrodomésticos. Apenas 2,3% usufruíam de videocassetes. Em suma, o rádio, apesar de cobrir metade dos agregados familiares inquiridos, é o electrodoméstico de maior posse desses agregados e o principal meio de informação de que dispõem.

Considerações Finais

A análise dos dados demonstra nitidamente uma disparidade entre os agregados chefiados por homens e os agregados chefiados por mulheres. Os agregados chefiados por mulheres estão numa clara situação de desvantagem em relação aos agregados chefiados por homens, constituindo, desta forma, a população inquirida mais economicamente desfavorecida.

Por outro lado, os dados colocam também a nu uma maior vulnerabilidade dos agregados chefiados pelos inquiridos com 65 ou mais anos de idade. Os chefes de agregados inquiridos que se encontram nessa faixa etária estão mais afectados pelo analfabetismo e, concomitantemente, pelo desemprego.

Quadro n° 19. Tipologia de habitação por sexo

Sexo	Casa	(%)	Quarto	(%)	Parte de uma casa	(%)	Total	(%)
Masculino	166	88,3	7	3,7	15	8,0	188	100,0
Feminino	130	81,8	11	6,9	18	11,3	159	100,0
Total	296	85,3	18	5,2	33	9,5	347	100,0

Esta relação de proporcionalidade directa entre o nível de escolaridade e o acesso ao rendimento pelo chefe de agregado, neste caso, ao emprego, também se verifica quando analisamos a situação das mulheres chefes de família. Para além de terem menor nível de escolaridade do que os homens chefes de família, são ligeiramente mais afectadas pelo desemprego.

Globalmente, os dados mostram-nos que:

- i. O nível de escolaridade, apesar de globalmente baixo entre os inquiridos, é menor nos chefes de agregados familiares do sexo feminino, com maior taxa de analfabetismo e menor taxa de frequência e conclusão dos ensinamentos básico, secundário e superior;
- ii. O analfabetismo incide mais nos chefes de agregado com 55 ou mais anos de idade, em que mais de 70% dos inquiridos que se encontram nessa faixa etária não possuem nenhuma habilitação académica;
- iii. O desemprego tem uma maior incidência nos chefes de agregado do sexo feminino, bem como nos inquiridos com idade compreendida entre os 35 e os 44 anos e com 65 ou mais anos de idade que, paralelamente, constitui a faixa etária com menor nível de escolaridade;
- iv. Em termos de população empregada, existe claramente um equilíbrio entre ambos os sexos, havendo, contudo, mais mulheres chefes de família a trabalharem por conta própria e, em contrapartida, mais homens chefes de família a trabalharem por conta de outrem;
- v. O rendimento mensal dos agregados familiares inquiridos varia entre menos de 10.000\$00 e 30.000\$00, sendo que o rendimento mensal dos agregados familiares chefiados por homens é superior ao dos agregados chefiados por mulheres;
- vi. Os agregados familiares em que os chefes se encontram empregados têm mais rendimento do que os agregados onde estes se encontram em situação de desemprego, sendo esta, aliado ao tipo de profissão exercido pelo chefe do agregado, a razão de fundo pela qual os agregados familiares chefiados por mulheres têm menos rendimento do que os agregados chefiados por homens;
- vii. Pese embora haver nos agregados familiares chefiados por homens mais membros que trabalham do que naqueles que são chefiados por mulheres, este aspecto não constitui significativamente um dos factores geradores da desigualdade de rendimentos entre os agregados chefiados por homens e aqueles que são chefiados por mulheres. Contudo, não deixa de ser uma mais-valia e mais uma forma de aumentar o rendimento mensal do agregado;
- viii. Mais de metade dos agregados inquiridos depende, para a sua sobrevivência, de remessas de familiares ou de terceiros e/ou da prestação de serviços

ocasionais, sendo os agregados chefiados por mulheres mais dependentes dessas fontes de rendimento;

- ix. A maioria dos agregados familiares inquiridos era constituída por 3 a 7 elementos, sendo que mais de metade é chefiada por mulheres;
- x. Constata-se um maior número de agregados familiares chefiados por homens a viverem em casa própria e alugada do que agregados chefiados por mulheres. Em contraposição, há mais agregados chefiados por mulheres a viverem em casa cedida;
- xi. Há mais agregados chefiados por homens a viverem numa casa do que agregados chefiados por mulheres. Em contraposição, há mais agregados chefiados por mulheres a viverem em quarto e parte de uma casa.

Concluindo, a análise dos dados torna mister a necessidade de implementação de acções, sobretudo de carácter formativo, dada a relação de proporcionalidade directa que se verifica entre o nível de escolaridade e o rendimento, de forma a diminuir, ou quiçá, tornar igual a situação dos agregados chefiados por mulheres em relação aos agregados chefiados por homens.

Por outro lado, urge adoptar mecanismos de *empowerment* que permitam que as famílias atingidas pela situação de vulnerabilidade possam assumir progressiva e autonomamente a busca de alternativas duradouras de rendimento. Tais mecanismos devem também permitir que se possa ultrapassar a situação de pobreza, sem esquecer, contudo, que são necessárias, transitoriamente, acções de assistência e solidariedade social para com chefes de família com 65 ou mais de idade que, muito dificilmente, conseguirão integrar o mercado de trabalho face à idade e à própria exigência deste mercado..

Só desta forma estaremos a contribuir para uma melhor integração e inserção socio-económica desses agregados no contexto comunitário e nacional e para uma sociedade mais justa e igualitária.

6

Pobreza e Vulnerabilidade no Município de Santa Cruz

Contexto

O Concelho de Santa Cruz, segundo o Censo de 2000, tem uma população de cerca de 32.965 residentes, sendo 15.528 homens e 17.437 mulheres. Embora seja um concelho maioritariamente rural, apresenta hoje um tímido tecido urbano compreendendo 8.519 habitantes, ou seja, 25.8% da sua população enquanto que os restantes 74.2% vivem no meio rural.

Sabe-se pelo Censo de 2000 que o tamanho médio nacional dos agregados familiares em Cabo Verde atinge o nível de 4.6 elementos por agregado, sendo ligeiramente superior nos agregados chefiados por homens, de 4.7, enquanto nos agregados chefiados por mulher atinge o nível de 4.4 elementos. No Concelho de Santa Cruz, que alberga 6.7% dos agregados familiares em Cabo Verde, o tamanho médio dos agregados é de 5.2 elementos, nível superior à média nacional, sendo de registar a estabilização do tamanho do agregado familiar registados nos Censos de 1990 e 2000 com 5.2 respectivamente.

Do universo de 280 chefes de agregados familiares inquiridos neste estudo, 56.4% são homens e 43.6% são mulheres. Estes números confirmam a média nacional auferida pelo Censo de 2000 que diz que 40.1% dos agregados familiares são chefiados por mulheres. Tal dado demonstra que a forte emigração predominantemente masculina na última metade do século passado ainda faz sentir as suas consequências no meio rural. No entanto, confirma-se o princípio de que os homens continuam a assumir maioritariamente a chefia dos agregados familiares em Cabo Verde.

A análise dos dados ainda nos revela que o grosso dos inquiridos tem entre os 25 e os 54 anos de idade, representando cerca de 68.9%, sendo que dos restantes

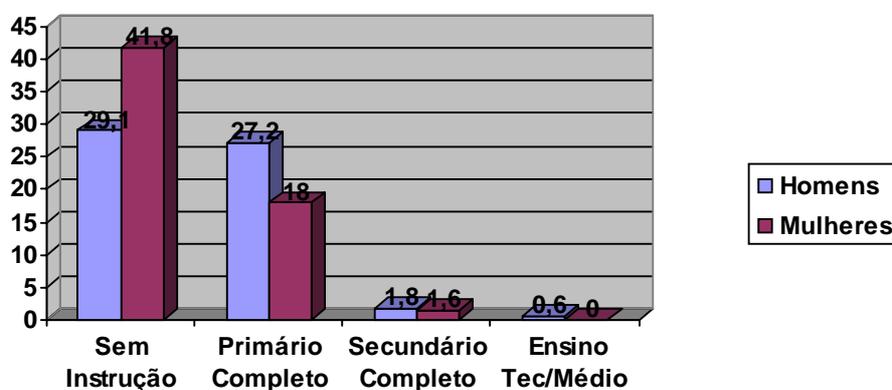
31.1%, cerca de 0.7% tem menos de 18 anos, 3.6% têm entre os 18 e os 24 anos, e os restantes 26.8% têm mais de 54 anos. De registar que desses 26.8% com mais de 54 anos, mais de metade, ou seja, cerca de 15.7% têm mais de 65 anos, número que deixa transparecer a tendência nacional do envelhecimento da população rural devido ao forte êxodo rural da população mais jovem.

Nível de Escolaridade

A educação assume um papel importante na análise da problemática da pobreza. Por um lado, porquanto os indicadores de pobreza revelarem uma forte correlação, em proporção inversa, ao nível de instrução dos agregados familiares. Por outro, por configurar, em Cabo Verde, uma importante estratégia de emancipação e factor de mobilidade social.

A análise dos dados do inquérito neste concelho revela à partida uma taxa de analfabetismo muito alta. Assim, 34.6% dos inquiridos afirmaram nunca ter frequentado um estabelecimento de ensino, 30.7% responderam ter o ensino primário incompleto contra 23.2% que afirmaram tê-lo concluído. Os dados são reveladores de uma baixa escolaridade entre os inquiridos, uma vez que apenas 8.9% frequentaram o ensino secundário, do qual apenas 1.8% afirmou tê-lo concluído.

Gráfico nº6 Incidência da escolarização segundo o sexo



Esses dados, quando analisados a partir da perspectiva de género, revelam uma desigualdade no que toca à incidência do analfabetismo entre os sexos. Assim, do cruzamento dos dados sobressalta uma maior incidência de analfabetismo entre as chefes de agregados familiares mulheres, de 41.8%, contra 29.1% nos chefes de agregados familiares homens. Das inquiridas apenas 18% afirmaram ter concluído o ensino primário contra 27.2% dos homens. No entanto, o curioso é que a situação tende a igualar-se no ensino secundário, onde 1.8% dos homens e 1.6% das mulheres afirmaram tê-lo concluído. Quanto ao ensino técnico/médio, dos chefes de agregados familiares inquiridos, apenas um do sexo masculino afirmou estar frequentando, o que demonstra por si só uma fraca capacitação para a entrada neste novo mercado que aponta para o incremento do terceiro sector.

Apesar da mulher cabo-verdiana ter os seus direitos salvaguardados constitucionalmente, esta situação de desigualdade entre os sexos tem as suas raízes sociais nos mecanismos sócio-culturais de discriminação da mulher, na divisão sexual do trabalho, mais contundente no meio rural onde a sobrecarga com os trabalhos domésticos e na educação das crianças impõe às mulheres um sério entrave à continuação dos estudos, limitando o acesso à informação, à educação e, naturalmente, à saúde e à real participação na vida social e económica da sua comunidade. Neste ponto, e ao se considerar ainda que o nível de instrução influencia em grande medida a entrada no mercado de trabalho, põe-se a nu a vulnerabilidade da mulher no concelho de Santa Cruz.

Ainda em relação ao analfabetismo, e a partir do cruzamento dos dados, podemos localizar a concentração da taxa de analfabetismo na faixa etária a partir dos 45 anos de idade, confirmando a tendência registada no Censo de 2000 segundo a qual o analfabetismo atinge as gerações mais velhas. Assim, dos 34.6% dos chefes de agregados familiares analfabetos acima referidos, 76.2% têm mais de 45 anos. Esses dados demonstram que as políticas de massificação da educação, levadas a cabo pelos sucessivos Governos desde a independência, não atingiram as gerações mais velhas, principalmente no meio rural. O cruzamento desses mesmos dados ainda nos revela que dentre os chefes de agregados familiares que têm o ensino primário regista-se uma maior concentração nas faixas etárias entre 25 e 34 anos e entre 35 e 44 anos com 36.9% respectivamente, enquanto que dos que afirmaram ter o ensino secundário completo 60% têm de 18 a 24 anos.

Os indicadores do nível de instrução no concelho revelam-nos, confirmando os dados do Plano Estratégico para a Educação (PEE) 2003, um cenário de insuficiências do sistema educativo cabo-verdiano caracterizado por um crescimento acentuado da sua população, sem a necessária resposta institucional em

termos de distribuição geográfica igualitária de docentes qualificados, da solução ao problema da existência de turmas compostas, que dificultam o aprendizado e fomentam as elevadas taxas de repetências, bem como da adequação curricular à realidade local. O panorama nacional, do qual o Concelho de Santa Cruz é directamente influenciado, caracteriza-se, portanto, por uma taxa de insucesso no ensino básico na ordem dos 12%, por um ensino secundário essencialmente teórico que não oferece instrumentos capazes de facilitar o ingresso na vida activa, e um ensino técnico desprestigiado sem ligação à realidade empresarial, pesando negativamente enquanto obstáculo ao acesso ao mercado de trabalho.

Neste particular, de acordo com os dados do DECRP vemos que, de facto, a influência da educação na determinação da pobreza é significativa porquanto o acesso limitado à formação, à informação e educação, limita sobremaneira as escolhas e as oportunidades de os indivíduos exercerem plenamente a sua condição de agentes do seu próprio processo de desenvolvimento. Estaríamos, portanto, segundo Estivil (2002), perante um processo de afastamento de indivíduos, grupos e comunidades dos centros de poder, bem como dos recursos e dos valores dominantes. Portanto, perante um processo de exclusão social de parte considerável dos inquiridos, facto perfeitamente perceptível pela análise dos dados sobre a actividade profissional dos inquiridos, principalmente no que diz respeito ao acesso ao emprego, onde uma parcela considerável é empurrada para profissões e/ou actividades geradoras de baixos rendimentos.

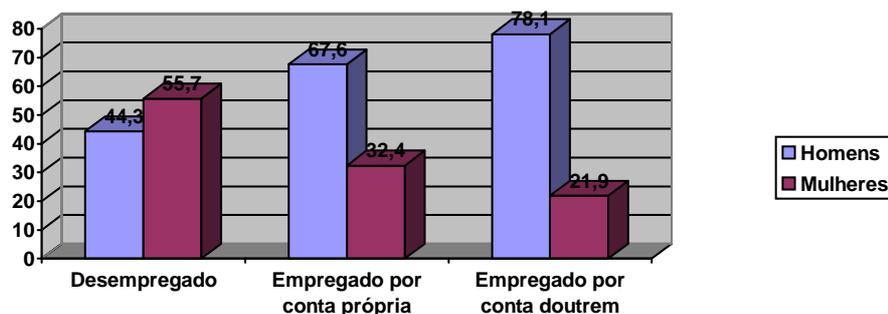
Actividade Profissional

Em Cabo Verde sabe-se que a existência do trabalho, enquanto meio de subsistência, é vital para a existência do agregado familiar. No entanto, uma primeira análise dos dados auferidos neste estudo aponta para algo preocupante em relação à situação perante o emprego dos chefes dos agregados familiares inquiridos. Assim, temos que o desemprego atinge 57.1% dos chefes dos agregados familiares, sendo que, desses, 55.7% são mulheres e 44.3% são homens.

Porém, ainda que o desemprego seja alto, a população de Santa Cruz continua privilegiando o trabalho como principal fonte de rendimento e meio de vida, mas sem conceder menor importância às remessas feitas por familiares residentes e/ou emigrados, bem como os outros tipos de rendimentos, como pensões, que representam no seu todo cerca de 13.2%. O *biscate* desponta, no entanto, como alternativa estratégia de sobrevivência, representando 18.6% das fontes de rendimento.

Conforme se pode constatar da leitura do gráfico acima exposto, a situação concernente às relações de género no que diz respeito ao desemprego inverte-se

Gráfico nº 7. Situação perante o emprego segundo o sexo



quando se analisa a situação de emprego. Assim, temos que cerca de 23.2% dos chefes dos agregados familiares trabalham como empregados por conta própria, dos quais 67.6% são homens e 32.4% são mulheres; enquanto que 19.6% trabalham como empregado por conta de outrem, dos quais 78.1% são homens e 21.9% são mulheres.

Um dado de relevante importância ressalta quando se analisa o desemprego segundo a idade do chefe dos agregados familiares. Assim, temos que, no Concelho de Santa Cruz, o desemprego atinge de forma considerável as faixas etárias entre os 25 e 34 anos e entre os 35 e 44 anos, representando cerca de 22.5% e 24.3%, respectivamente. Trata-se de uma população jovem que, no contexto cabo-verdiano, tem enfrentado situações de desemprego de longa duração.

Acresce em gravidade que a maioria dos agregados familiares inquiridos neste estudo tem como chefes indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade, precisamente as faixas etárias mais atingidas pelo desemprego, expondo, assim, a situação periclitante em que vive a maioria dos agregados inquiridos. Entretanto, é também de realçar a situação de dependência em que vive uma importante parcela dos chefes de agregados com mais de 65 anos. O desemprego atinge, nesta faixa etária, o nível de 20.6%, sem distinção significativa entre homens e mulheres.

Ainda no factor desemprego verifica-se a sua incidência particularmente marcante nos agregados familiares com mais de três membros, onde dos 191 chefes de agregados familiares com três a sete membros 62.5% são desempregados, enquanto que dos chefes dos agregados com até dois membros e com oito a onze estão igualmente afectados em 15% cada.

Quadro nº 20. Situação perante o emprego segundo o sexo e a idade

Situação Perante o Emprego	Idade	Sexo			Total	Total (%)
		Masculino	Feminino	(%)		
Empregado (a)	< 18	1	0	1.1%	1	0.8%
	18 a 24	1	0	1.1%	1	0.8%
	25 a 34	12	9	13.7%	21	17.5%
	35 a 44	35	16	40.2%	51	42.5%
	45 a 54	19	7	21.8%	26	21.6%
	55 a 65	8	1	9.1%	9	7.5%
	> 65 anos	11	0	12.6%	11	9.1%
Total		87	33	72.5%	120	100
Desempregado(a)	< 18	0	1	0%	1	0.6%
	18 a 24	6	3	8.4%	9	5.6%
	25 a 34	15	21	21.1%	36	22.5%
	35 a 44	10	29	14%	39	24.3%
	45 a 54	9	11	12.6%	20	12.5%
	55 a 65	12	10	16.9%	22	13.7%
	> 65 anos	19	14	26.7%	33	20.6%
Total		71	89	44.3%	160	100

No que diz respeito à profissão, o estudo pôde identificar que as actividades profissionais mais exercidas são as de donas de casa (25%), agricultor (13.9%), pedreiro (8.6%) e trabalhador das FAIMO (8.9%). Nota-se uma esmagadora concentração da profissão de dona de casa entre as mulheres, representando 98.5%, confirmando o princípio de que esta é uma profissão feminina. Este domínio feminino inverte-se nas profissões maioritariamente masculinas. Assim, temos que dos agricultores, pedreiros, e trabalhadores das FAIMO, 82%, 100% e 56%, respectivamente são homens. Não se observa em relação a essas profissões presença significativa de mulheres. A profissão de *rabidante*, que representa 5% das respostas, é monopólio das chefes de agregado mulheres em 92.8% das respostas, o que confirma um dado levantado anteriormente que dá conta do crescimento do sector informal, dominado maioritariamente por mulheres.

Entretanto, em relação à profissão de empregada doméstica, que representa 1.4% das respostas, também tida como maioritariamente feminina, apresenta este estudo um dado curioso, com as respostas equitativamente distribuídas entre os sexos. Ou seja, das quatro respostas afirmativas, duas são de chefes de agregados familiares homens.

O sector primário confirma-se, assim, enquanto principal absorvedor de mão-de-obra não só a nível nacional, como também a nível do Concelho de Santa Cruz enquanto concelho predominantemente rural. Tal facto demonstra uma tendência para a convivência com a pobreza se se tiver em linha de conta que as condições agro-ecológicas não são favoráveis a uma prática agrícola produtiva e rentável que possa facultar rendimentos necessários para fazer face àquilo que TOWNSEND (BIT/STEP, 2003:17) classifica como condições de vida e de conforto genericamente difundidas, e poder para participar nas actividades sociais e culturais da sociedade a que pertence.

Rendimento do Agregado Familiar

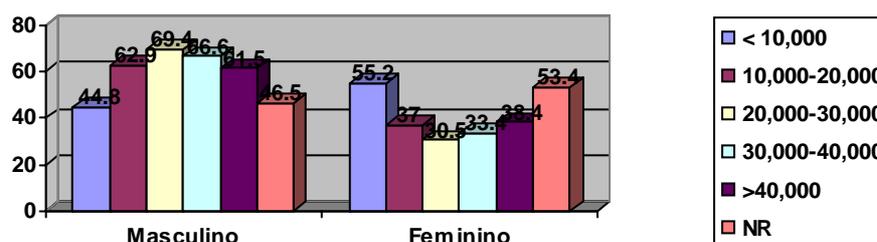
Um outro indicador a ter em devida conta para medir a vulnerabilidade face à pobreza, assim como o poder de compra de cada agregado familiar, é, sem dúvida, o rendimento mensal do chefe dos agregados familiares, assim como a quantidade dos elementos dos agregados familiares que exercem alguma actividade remunerada.

Assim sendo, dos 280 chefes inquiridos, um número considerável, representando cerca de 65.7%, respondeu ter entre um a dois membros a exercerem uma actividade remunerada no momento do inquérito, enquanto que apenas 4.6% responderam ter entre três a cinco membros do agregado exercendo actividade remunerada, e 29.6% afirmaram não ter qualquer membro do agregado trabalhando no momento da pesquisa.

Quando trabalhados a partir do sexo do chefe do agregado familiar, os dados colectados demonstram que neste quesito a mulher também se encontra em situação de desigualdade face ao acesso ao rendimento. Dos 122 agregados familiares chefiados por mulheres, cerca de 37.7% não apresentam nenhum membro a exercer qualquer tipo de actividade remunerada, enquanto que nos homens a taxa atinge os 23%.

Dos 280 agregados familiares inquiridos, 27.9% responderam ter um rendimento mensal que não ultrapassa os dez mil escudos, enquanto que 31.8% auferem um rendimento mensal entre os dez a vinte mil escudos, e apenas 12.9% afirmaram auferir um rendimento superior a vinte mil escudos. De realçar que uma parcela considerável dos inquiridos, representado 15.4%, não quis responder à questão.

Gráfico nº8. Rendimento do agregado por sexo do chefe

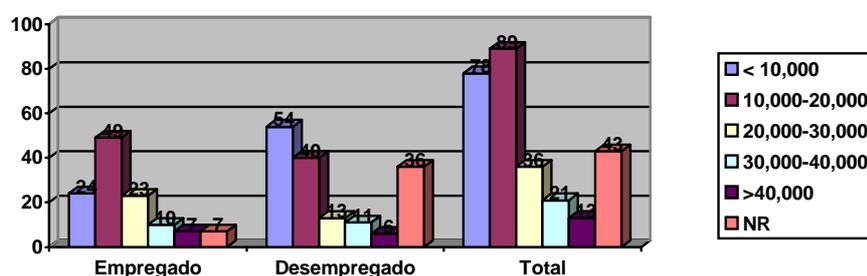


Em relação ao sexo do chefe do agregado familiar, percebe-se que as famílias chefiadas por mulheres auferem menor rendimento mensal em relação às famílias chefiadas por homens, já que 55.2% das famílias chefiadas por mulheres responderam auferir um rendimento inferior aos dez mil escudos mensais, considerando-se *muito pobres*, número superior às famílias chefiadas por homens que representam 44.8%. Dos que responderam auferir um rendimento superior aos vinte mil escudos, apenas 30.5% são mulheres. De realçar que dos que não quiseram responder a esta questão 53.4% são mulheres.

Tendo em conta o tamanho do agregado familiar, 27.2% dos agregados com três a sete elementos afirmaram auferir de um rendimento mensal inferior aos dez mil escudos, 34% afirmaram auferir um rendimento inferior a vinte mil escudos, enquanto que apenas 12% auferem de um rendimento superior aos vinte mil escudos. Em relação às famílias com até dois membros regista-se uma

distribuição equitativa entre os que auferem um rendimento inferior a dez mil escudos, e os que auferem um rendimento inferior aos vinte mil escudos, com 26.4% cada.

Gráfico n° 9. Situação perante o emprego do chefe face ao rendimento do agregado



Entretanto, um dado que chama a atenção é a relação algo próxima existente entre o rendimento do agregado familiar e a situação do chefe perante o emprego. Temos que tanto os chefes empregados como os chefes desempregados, a maioria, ou seja, 55% e 44.9% respectivamente, afirma auferir um rendimento mensal inferior aos vinte mil escudos, enquanto que 27.8% vivem com um rendimento mensal inferior a dez mil escudos.

Neste particular, se tivermos em conta uma definição da pobreza de tipo de privação fisiológica, ou seja, baseada na definição de um “*quantum*” de rendimento para a satisfação daquilo que STREETEN (2003:15) chama de mínimo socialmente necessário, e tendo em conta ainda o tamanho médio do agregado familiar, temos que 31,8% dos inquiridos vivem com apenas 111\$00/ dia e, portanto, enquadrando-se de acordo com o IDRF 2001/2002 como *pobres*, enquanto que 27,9% encontram-se na situação de *extrema pobreza*, sobrevivendo com 55\$00/ dia. Assim, de acordo com STREETEN, as condições financeiras limitariam sobremaneira o acesso condigno à alimentação, vestuário, habitação, água potável, e saneamento básico.

Por outro lado, os dados colectados demonstram que as formas de obtenção desses rendimentos são diversas. Cerca de 43.9% dos inquiridos não especificaram as fontes de rendimento. Porém afirmam que os seus rendimentos não provêm de outras origens como *biscate* (18.6%), remessas de familiares (6.1%) e pen-

são social (7.1%). Apenas 9.3% dos inquiridos não quiseram responder à questão.

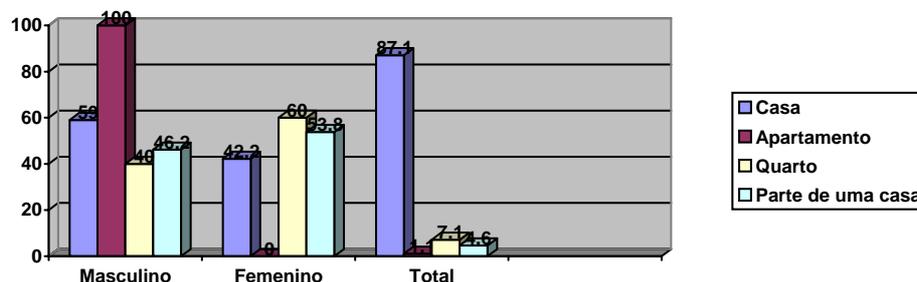
Condições de Habitabilidade

A posse de habitação própria é tradição mantida em vigor no país, mormente no meio rural, onde é questão de honra, e condição essencial que um homem tenha condições de habitação própria e condigna para, assim, poder contrair matrimónio e prover a família. Portanto, constitui indicador importante para medir a vulnerabilidade dos agregados inquiridos neste Estudo.

Os dados demonstram que, em Santa Cruz, e como um pouco por todo o meio rural, a posse de habitação própria continua sendo uma prioridade para os agregados familiares. Assim, temos que dos inquiridos, 79.6% responderam ter casa própria, número superior à média nacional de 64.4% medida pelo Censo de 2000, e inferior em cerca de três pontos percentuais aos dados auferidos pelo mesmo Censo em relação ao Concelho de 82.5%. Dos restantes 20.4% de agregados sem casa própria, 10% responderam ter habitação alugada e os outros 10.4% responderam ocupar habitação cedida por terceiros.

Quando confrontados com o Censo de 2000, segundo o regime de ocupação da habitação, os dados auferidos neste estudo confirmam a preferência do Cabo-verdiano por ter habitação própria. Aliás, é visível a quantidade de construções, tanto legais quanto clandestinas, que abundam um pouco por todo o lado, especialmente nos centros urbanos. Mas, o meio rural continua albergando no seu seio a maior taxa de habitação própria, como, por exemplo, os Concelhos de Santa Cruz, São Domingos e São Miguel com taxas de 82.5%, 89.9% e 86.5%, respectivamente.

Gráfico n.º 10. Tipologia da habitação e sua distribuição por sexo



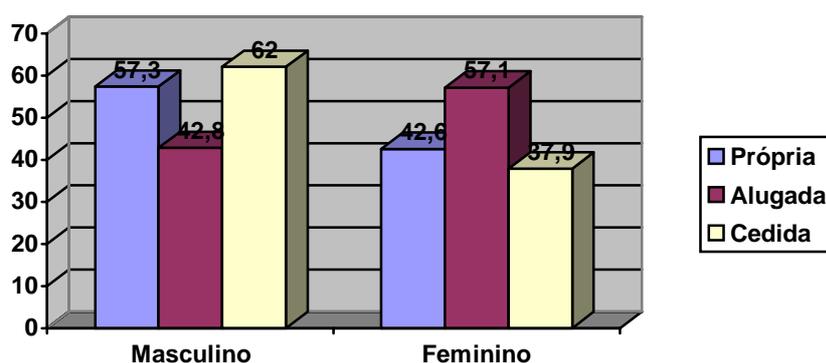
Ao contrário do que seria de esperar, dada a fraca capacidade financeira de uma parcela considerável da população, as taxas de propriedade de habitação demonstram uma característica bem peculiar do meio rural: os laços de parentesco e de solidariedade que unem os homens do campo. Através de um sistema de entreaajuda, mais conhecido por “*Djunta Mon*”, consegue-se baixar consideravelmente os custos de uma construção, economizando em mão-de-obra. Assim, e ainda que com todas as dificuldades enfrentadas em relação ao desemprego e, conseqüentemente, ao acesso ao rendimento, consegue-se com relativa facilidade erguer uma habitação própria no meio rural.

Como se pode depreender da análise do gráfico acima exposto, 87,1% dos inquiridos ocupam uma casa, enquanto que apenas 4.6% habitam em parte de uma casa e cerca de 7.1% dos agregados habitam num quarto. O conceito de apartamento é ainda pouco usual enquanto tipo de habitação no meio rural, dado confirmado pelas respostas dos inquiridos representando apenas 1.1%.

Considerando o sexo do chefe do agregado familiar depreende-se facilmente que, em relação às condições de habitação, os dados confirmam a tendência de que as mulheres vivem em condições pouco próprias ao bem-estar do agregado familiar. Assim, verifica-se que apenas 42.2% vivem numa casa, número inferior em relação aos homens. A situação inverte-se, ganhando destaque nos 60% de chefes de agregados mulheres que habitam em um quarto e 53.8% que habitam em parte de uma casa, expondo as mulheres enquanto camada mais vulnerável.

Ainda considerando o sexo do chefe de agregado familiar, temos que dos inquiridos que responderam ter casa própria, 57.3% são homens e 42.6% são

Gráfico n° 11. Distribuição da propriedade da habitação por sexo do chefe



mulheres; em residência cedida também os homens ocupam lugar de destaque, representando 62%. Regista-se, entretanto, uma inversão na distribuição por sexo do chefe em residência alugada onde as mulheres dominam com 57.1% contra 42.8% nos homens.

De modo geral, pode-se considerar satisfatória a situação habitacional da grande maioria dos inquiridos, uma vez que é contundente a prevalência da casa nas respostas, enquanto que apenas 7.1% habitam em um quarto e 4.6% ocupam parte de uma casa.

Acesso à Água e Sistemas de Saneamento

Diz-nos o Censo de 2000 que ainda hoje a maioria da população do país, cerca de 45%, usa o chafariz como principal meio de obtenção de água para uso doméstico, enquanto que apenas 24.9% obtêm água através da rede pública directamente ligada à residência. Em relação ao Concelho de Santa Cruz, o mesmo Censo diz-nos que o uso do chafariz como principal meio de obtenção de água é superior à média nacional, saltando para 61.6%, enquanto que apenas 8% dos agregados familiares do concelho têm acesso via rede pública de abastecimento.

Dos inquiridos neste estudo, cerca de 53.9% dos agregados afirmam ter acesso à água através de chafarizes, confirmando a tendência nacional, enquanto que 31.1% afirmaram ter acesso através da rede pública de abastecimento. Outras formas de acesso e aprovisionamento de água foram mencionadas pelos inquiridos, sendo 12.9% para nascentes e 2.1% para auto-tanques. Esses dados confirmam que no meio rural o uso de poços e nascentes continua sendo um meio característico de acesso e aprovisionamento de água.

Quando confrontados com os dados do Censo de 2000 em relação ao mesmo Concelho, nota-se uma melhoria em termos de acesso à água através da distribuição em rede pública de abastecimento, o que significa um ganho em termos de conforto e acesso a serviços por parte dos agregados familiares.

A posse de instalações privadas e adequadas para a higiene pessoal, ou seja, a posse de casa de banho e retrete é um indicador importante para se ter uma ideia das condições de vida e de salubridade dos agregados familiares, bem como, e principalmente no meio rural, para se compreender alguns problemas de saúde pública existentes e que, em muitos casos, provocam doenças que podem levar à morte.

Neste particular, chama a atenção para o facto de metade dos inquiridos, ou seja 50%, não disporem de qualquer instalação adequada para a satisfação das suas necessidades fisiológicas, o que significa que usam o meio ao redor da casa e/ou as ribanceiras para defecação, com todas as consequências daí advenientes para a saúde pública. O uso de latrinas é insignificante, representando apenas

1.4% das respostas. Apenas 31% dos inquiridos afirmam ter casa de banho e retrete.

Quanto ao sistema de saneamento, cerca de 67% dos inquiridos não dispõem de qualquer sistema de evacuação de águas residuais, enquanto que 29.3% dizem ter fossa séptica em casa.

Níveis de Conforto dos Agregados Familiares

Dos 280 agregados inquiridos neste estudo, cerca de 26% habitam em residências com duas divisões, 25% têm até 3 divisões, e um número considerável dispõe de 4 a 5 divisões (17.9% e 12.9%, respectivamente), dados que demonstram a anteriormente explicada relativa facilidade no acesso à construção da casa no meio rural. Entretanto, tendo em conta o tamanho médio dos agregados familiares (5.2 elementos), não se verifica uma pressão sobre o espaço disponível, pois cerca de 30% reside em habitações com até duas divisões, e apenas 7% dispõe de apenas uma divisão.

Pelo Censo de 2000 fica-se a saber que o uso da electricidade enquanto energia para a iluminação é sobretudo uma facilidade urbana. No Concelho de Santa Cruz, preponderantemente rural, 53.5% dos agregados familiares usam o petróleo como energia para iluminação, enquanto que apenas 25.8% usam a electricidade para o mesmo efeito.

Quando confrontados com os dados inquiridos neste estudo, percebe-se uma inversão no principal meio de iluminação, com a electricidade a chegar a 56% das residências, observando-se, assim, um decréscimo no uso do petróleo para 26% das mesmas. Entretanto, outras fontes de iluminação foram referenciadas com destaque para o uso de velas, 15%, enquanto que o gás butano assume inexpressivos 1.1%. Este dado leva-nos à leitura da ampliação das redes de distribuição de electricidade, assim como ao aumento do acesso dos agregados a esse serviço.

No que tange à fonte de energia usada pelos agregados familiares na preparação dos alimentos, sabemos pelo Censo de 2000 que no Concelho de Santa Cruz a lenha é a energia mais usada, representando 63.8%, enquanto que o gás butano é usado em 34.9% das residências.

Entretanto, quando confrontados com os dados auferidos neste estudo, observa-se um recuo para 46.8% no uso da lenha e um aumento para 46.1% no uso do gás butano como fonte de energia na preparação dos alimentos, enquanto que cerca de 7% dos agregados usam em simultâneo as duas fontes de energia. Ainda que se registre um recuo no uso da lenha enquanto fonte de energia, não deixa de ser preocupante o seu uso uma vez que a ameaça à cobertura vegetal

continua existindo com consequências conhecidas sobre a capacidade dos solos para a retenção de água e, conseqüentemente, para a agricultura como principal actividade económica do Concelho.

Neste particular, a par do uso da lenha também está a baixa prevalência da cozinha nas respostas (18%). Este dado deixa transparecer as condições inadequadas de que dispõem os agregados para a preparação dos alimentos com consequências nefastas para a própria saúde e, naturalmente, para a segurança dos lares, que se tornam, assim, extremamente vulneráveis a doenças e acidentes daí advenientes. Acresce em gravidade que a maioria dos agregados (65%) não dispõe de um frigorífico em casa para a conservação dos alimentos.

Constitui também indicador de conforto a posse de rádio, televisão e videocassete, uma vez que não só dão conta das limitações financeiras dos agregados familiares bem como do acesso à informação. Assim, temos que dos 280 inquiridos 67% afirmaram ter um aparelho de rádio em casa, cerca de 53% afirmaram possuir um aparelho de televisão, e apenas 20% afirmaram ter um aparelho de vídeo em casa. Esses dados dão conta do fraco acesso à informação por parte dos agregados familiares inquiridos neste estudo, susceptíveis de causar sérias limitações à educação e ao seu desenvolvimento sócio-económico.

Considerações finais

Os dados obtidos no concelho de Santa Cruz dão conta de um cenário de convivência com a pobreza e da tendência de perpetuação de tal cenário. Senão vejamos:

A alta taxa de analfabetismo, de 34.6%, que atinge uma parcela considerável da população economicamente activa do concelho de Santa Cruz, revela a falta de formação, informação e educação a que está sujeita a população do concelho. O analfabetismo atinge, em particular, os inquiridos acima dos 45 anos e, principalmente, as mulheres em 41.8%. O nível de instrução é extremamente baixo: apenas 8.9% frequentaram o ensino secundário, dos quais apenas 1.8% afirmaram tê-lo concluído. A frequência do ensino secundário concentra-se na faixa etária dos 18 aos 24 anos (60%).

Analisando a dimensão humana da pobreza e da exclusão social em Santa Cruz, ou seja, levando em consideração o acesso à formação, percebe-se que, no actual contexto de desenvolvimento económico nacional, caracterizado por uma evolução positiva dos indicadores económicos, observando-se o crescimento do terceiro sector e a criação de empregos, não deixa de ser preocupante que apenas 1.8% tenha concluído o ensino secundário e que apenas um inquirido tenha frequentado o ensino técnico, colocando um sério entrave ao acesso deste segmento populacional aos benefícios deste crescimento. Assim sendo, percebe-se

a necessidade de uma política educativa adequada à realidade do concelho e a este novo mercado apresentado pelo crescimento do terceiro sector e que o actual ensino secundário não compreende.

O reduzido acesso à informação, de que nos dão conta os dados relativos aos níveis de conforto, onde a rádio e a televisão são bens raros nos agregados familiares inquiridos, aliado ao baixo nível de instrução condicionam, por arrastamento, o acesso à real participação na vida política nacional e, naturalmente, à capacidade de tomada de decisões, pois, não dispõem de instrumentos e de conhecimentos dos valores dominantes que os possam orientar, ficando, assim, à margem dos centros decisórios e de poder sem capacidade de se fazerem ouvir e, assim, sem capacidade de exercer qualquer influência sobre as instituições de tutela em matéria económica, social, política e cultural de que dependem. Além disso, a falta de informação, formação e educação constitui sério entrave a uma vida saudável, constituindo factor de vulnerabilidade dos inquiridos face à pandemia em que se transformou a doença HIV/SIDA, bem como face a outras doenças infecto-contagiosas, que se constituem enquanto importantes indicadores da esperança de vida das populações.¹²

Ainda, em parte por causa do baixo nível de instrução, o acesso ao emprego e ao rendimento torna-se deficitário, dando-nos uma taxa de desemprego que atinge os 57.1%, concentrada nas faixas etárias dos 25 aos 34 (22.5%) e dos 35 aos 44 anos (24.3%), sendo que, desses, 55.7% são mulheres, colocando uma importante parcela dos inquiridos no sector primário que surpreende pelas condições impróprias em que é praticada e, portanto, não dando garantias de subsistência mínima. A pobreza atinge 31,8% dos inquiridos, enquanto que 27.9% vivem em situação de extrema pobreza dos quais 55.2% são mulheres.

A pouca garantia oferecida pelo sector primário, aliada ao baixo nível de instrução coloca em situação de vulnerabilidade uma parcela considerável dos inquiridos face ao crescimento do terceiro sector que demanda precisamente por mão-de-obra qualificada. Entretanto, os dados da análise da actividade profissional dão conta do crescimento do comércio informal no concelho de Santa Cruz (5%) que, dominado pelas mulheres (98.2%), não encontra suporte no contexto de desenvolvimento macroeconómico registado em Cabo Verde de 1999 a 2002. Aqui, torna-se pertinente chamar a atenção para os riscos de uma estratégia de crescimento económico, e desenvolvimento nacional, ancorada na estabilidade macro-económica, tendo como motor o investimento no sector privado, que exclui logo à partida grande parte dos inquiridos que não dispõem dos requisitos mínimos de competitividade numa economia de mercado. Assim, de acordo com SINGER (2002:20) torna-se imprescindível um combate micro-eco-

nómico à pobreza de forma a incluir os menos favorecidos nesse processo de desenvolvimento em condições de poderem usufruir igualmente dos seus benefícios.

Partindo do pressuposto de que a fraca capacidade de acesso a rendimentos condiciona negativamente os níveis de conforto e as condições de habitação e saneamento básico, estamos perante um círculo vicioso que faz com que a pobreza seja um elemento estruturante da realidade sócio-económica do concelho de Santa Cruz, e que atinge particularmente as mulheres e os jovens com baixo nível de instrução, como anteriormente ficou demonstrado pela análise dos dados do presente estudo. Esta manifesta fraca capacidade de acesso a rendimentos e, naturalmente, a bens materiais, aliada à falta de formação e educação impede sobremaneira a participação na vida social da comunidade e a consequente incapacidade de participação em processos de tomada de decisão, impossibilitando, por sua vez, a integração sócio-cultural dos indivíduos.

Perante tais processos, que vão afastando os inquiridos do acesso aos centros do poder, dos recursos, e de uma vida social mais digna, estaríamos, por conseguinte, na perspectiva de ESTIVIL (2002), perante um cenário de exclusão social de uma considerável parcela da população do concelho de Santa Cruz, confirmando e perpetuando a tendência de convivência com a situação de pobreza.

Assim sendo, perante tal cenário de privações – privações em termos de acesso à educação, formação e informação, à participação e ao rendimento – estamos em condições de, concordando com SEN (2000), concluir que o combate à pobreza no concelho de Santa Cruz deve necessariamente passar pela supressão dessas barreiras que limitam as possibilidades de escolha para que os indivíduos possam exercer condignamente a sua cidadania.

A tese da conceptualização da pobreza de SEN enquanto privação de liberdade e, portanto, de privação de capacidade de desenvolver uma vida digna, abre-nos uma nova perspectiva em que não seria de todo exagerado considerar que uma política de combate à pobreza, que passe pela supressão de tais barreiras, esteja intimamente ligada à promoção dos direitos humanos. Se entendermos que tais barreiras impedem o desenvolvimento dos menos favorecidos a todos os níveis – quer sejam cívicos, políticos, culturais, económicos e sociais – entenderemos a pobreza enquanto uma violação dos direitos humanos proclamados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Os dados auferidos no Concelho de Santa Cruz que nos dão conta da incapacidade de acesso à educação, à informação, à formação, à participação dos centros decisórios, bem como a níveis básicos de rendimento e conforto, remetemo-nos para a existência de um vínculo orgânico entre a pobreza e a violação dos

Pobreza e Vulnerabilidade no Município de Santa Cruz

direitos humanos. Um cenário em que, de forma recíproca, a violação de qualquer desses direitos degenera em pobreza, conforme reconhecido pela Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, realizada em Veneza, em 1993 (Wertheim & Noleto, 2003).

7

Análise Comparativa e Contrastiva da Problemática da Pobreza e Vulnerabilidade em Santiago

Contexto

Reforçando o objectivo central deste estudo, cabe-nos, acima de tudo, proceder a uma análise comparativa e contrastiva das realidades dos três Concelhos em estudo, realçando as aproximações e as divergências das respectivas especificidades.

Tais especificidades estão relacionadas com as características urbanas e rurais das populações visadas por este estudo, com destaque para o grau de vulnerabilidade social perante a pobreza de cada uma dessas populações.

Os três concelhos juntos representam cerca de 43,58% da população total do país, sendo que, a nível dos agregados, juntos representam cerca de 42,4%.

Sabe-se também que grande parte dos agregados familiares nestes três concelhos é chefiada por homens, cerca de 57%, e os restantes por mulheres. Contudo, cerca de 36% do total dos chefes dos agregados familiares são analfabetos, sendo que a repartição desta taxa de analfabetismo é ligeiramente desigual em relação ao sexo dos chefes de agregados, neste caso, superior nas mulheres (cerca de 19%), do que nos homens (17%).

Dos inquiridos, 57% são homens e 43% são mulheres. A concentração das idades dos inquiridos está na faixa etária entre os 25 e os 54 anos, representando cerca de 68% dos inquiridos. Dos restantes 32% que estão fora desta faixa etária, apenas 4% têm menos de 18 anos, enquanto que os restantes 28% têm mais de 55 anos.

Quadro nº 21 Distribuição dos Chefes dos agregados segundo o sexo e o Município

	Município			Total
	Praia	StaCatarina	StuCruz	
Sexo Masculino	125	183	158	466
% Município	65.1%	53.8%	56.4%	57.4%
% Total	15.4%	22.5%	19.5%	57.4%
Feminino	67	157	122	346
% Município	34.9%	46.2%	43.6%	42.6%
% Total	8.3%	19.3%	15.0%	42.6%
Total	192	340	280	812
% Município	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
% Total	23.6%	41.9%	34.5%	100.0%

Como se pode depreender da leitura do quadro nº 21, a maior parte dos chefes dos agregados para os três municípios são homens, ainda que a percentagem de famílias monoparentais chefiadas por mulheres seja em todos eles significativa, aparece de forma mais acentuada em Santa Catarina e Santa Cruz.

Nível de Escolaridade

Uma parte importante dos inquiridos tem até o ensino primário incompleto, cerca de 63%, dos quais 36% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Dos restantes, apenas 14% dos inquiridos responderam que frequentaram o ensino secundário, mas não chegaram a concluir este nível de ensino. Esta análise demonstra uma fraca escolaridade dos chefes de família no seu todo, pois destes 112 inquiridos que responderam ter frequentado o ensino secundário, apenas 10 confirmaram ter concluído este nível de ensino, que, por sua vez, representam apenas cerca de 1% a nível do total dos inquiridos face à escolarização.

Outro dado importante a remarcar no capítulo da escolarização dos agregados familiares é o facto de que apenas 1 dos 812 chefes de agregados inquiridos, ter frequentado ou completado o nível de ensino técnico/médio, sendo o mesmo valor para o ensino superior. Este dado confirma mais uma vez a fraca escolarização dos chefes de agregados visados neste estudo que, aliás, traduz a realidade global do país.

Por faixa etária, ainda em matéria de analfabetismo para esta mesma população inquirida nos três concelhos, constata-se que é nas faixas etárias mais elevadas (mais de 35 anos) que se nota mais, sendo que também são os chefes de agregados com menos idade apresentam uma taxa de escolaridade mais elevada, motivada, certamente, pelo forte investimento público na educação de adultos no período pós-independência do país e a universalização do ensino primário registada na década de noventa do século passado. Aliás, de acordo com as estatísticas do Ministério da Educação, a taxa de analfabetismo para a população cuja faixa etária vai até os 15 anos é de 15%, com tendência para uma queda progressiva.

Esse analfabetismo está quase que uniformemente distribuído entre os 35% dos chefes de agregados dos dois sexos: cerca de 17% para os homens e 19% nas mulheres. No entanto, à medida que aumenta o nível de escolaridade (nível de ensino secundário), são os chefes de agregados homens que estão mais representados, sendo que, para este nível de ensino, cerca de 10% desses chefes de agregados homens dizem ter frequentado ou completado este nível de ensino, enquanto que nos chefes de agregados mulheres este valor é ligeiramente superior a 5%.

Nota-se que, para além da escolarização dos chefes de agregados ser considerada muito baixa (cerca de 84% dos chefes tem até o nível de ensino básico), ela também é díspar face ao sexo dos chefes (dos 346 chefes de agregados mulheres que responderam a este inquérito nestes três concelhos, apenas 3 responderam ter completado o nível de ensino secundário e nenhum afirmou ter frequentado o nível de ensino técnico/médio e superior).

Uma análise comparativa entre os municípios mostra que o analfabetismo é forte em todos eles, atingindo cerca de 35,6%, superior à média nacional. Contudo, quando se analisa de forma diferenciada constata-se que ele é mais acentuado em Santa Catarina, atingindo 41,8%. O Município da Praia, essencialmente urbano, é o que apresenta a menor percentagem de analfabetos entre os chefes dos agregados familiares, representando 26% do total. De realçar que nos bairros periféricos da cidade onde se encontra o grosso da pobreza e da vulnerabilidade, grande de parte dos chefes de famílias são provenientes do meio rural, o que explica o nível de analfabetismo.

Em todo o caso, esse diferencial significativo entre o campo e a cidade demonstra, ao menos para as pessoas com idades superiores a 24 anos, que a iniquidade em termos de oportunidades escolares é bem significativo.

No que se refere ainda à escolaridade, apercebe-se que poucos são os chefes de famílias, em qualquer dos municípios, com num nível de escolaridade que corresponda ao secundário ou universitário. Este, aliás, apenas está presente na cidade da Praia.

Actividade Profissional

Um indicador preponderante na análise das vulnerabilidades sociais das famílias destes concelhos face à pobreza é, sem dúvida, a situação do chefe destas famílias perante o emprego e seu vínculo laboral. Embora o desemprego atinja severamente estas famílias, ou seja, cerca de metade (49,8%) dos chefes de agregados encontrava-se na situação de desempregado, continua a ser favorável em relação aos homens, em cerca de dois pontos percentuais (cerca de 24% nos homens e 26% nas mulheres).

Dos restantes que se encontravam na situação de empregado, cerca de 22% trabalham por conta própria enquanto que 28% estão profissionalmente dependentes de terceiros. Contudo, neste capítulo não há uma disparidade em relação ao sexo do chefe, ou seja, estar na condição de empregado por contra de outrem é mais frequente tanto nos chefes homens como nos chefes mulheres em relação à situação de empregado por conta própria.

O desemprego afecta com maior severidade os chefes de família com idade mais elevada, motivado certamente pelas exigências do mercado de trabalho, mas também porque, como vimos anteriormente, a escolaridade nos chefes de

Quadro nº 22. Distribuição dos chefes dos agregados familiares segundo a escolaridade e o município

Escolaridade	Praia		StaCatarina		StaCruz		Total	
	% Município	% Total						
Sem instrução	26.0%	50	41.8%	142	34.6%	97	35.6%	289
Primário/EBI incompleto	6.2%	93	17.5%	42	11.9%	86	35.6%	221
Primário/EBI/Alfabetização	48.4%	93	12.4%	30	30.7%	86	27.2%	221
	11.5%	12	5.2%	98	10.6%	65	27.2%	175
Ensino secundário incompleto	6.3%	34	28.8%	52	23.2%	25	21.6%	111
	1.5%	34	12.1%	52	8.0%	25	21.6%	111
Ensino secundário completo	17.7%	2	15.3%	3	8.9%	5	13.7%	10
	4.2%	2	6.4%	3	3.1%	5	13.7%	10
Ensino técnico/médio	1.0%	0	.9%	1	1.8%	1	1.2%	1
	.2%	0	.4%	1	.6%	1	1.2%	1
Ensino superior	.0%	0	.0%	0	.4%	0	.1%	0
	.0%	0	.0%	0	.1%	0	.1%	0
Não respondeu	.5%	1	.0%	0	.0%	3	.1%	14
	.1%	1	.0%	0	.0%	3	.1%	14
	.0%	1	.9%	0	.4%	3	.5%	14
	.0%	1	.4%	0	.1%	3	.5%	14
Total	100.0%	192	100.0%	340	100.0%	280	100.0%	812
	23.6%	192	41.9%	340	34.5%	280	100.0%	812

Quadro nº 23. Situação dos chefes dos agregados perante o Emprego segundo o Município

Situação		Município			Total
		Praia	Sta Catarina	Sta Cruz	
Desempregado		92	153	160	405
	% Município	47.9%	40.0%	57.1%	49.9%
Emprego	% Total	11.3%	18.8%	19.7%	49.9%
	Empregado	35	80	65	180
Conta própria		18.2%	23.5%	23.2%	22.2%
	% Município	4.3%	9.9%	8.0%	22.2%
Empregado	% Total	65	107	55	227
	Conta de Outrem	33.9%	31.5%	19.6%	28.0%
Total	% Município	8.0%	13.2%	6.8%	28.0%
	% Total	192	340	280	812
	% Município	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
	% Total	23.6%	41.9%	34.5%	100.0%

famílias de faixa etária mais baixa é muito superior em relação aos chefes pertencentes a faixas etárias mais elevadas.

Comparativamente pode perceber-se que os agregados familiares têm enormes dificuldades de acesso a rendimentos, o que constitui factor de relevo na determinação da vulnerabilidade social desses grupos sociais. De facto, a taxa de desemprego entre os inquiridos é elevada, representando 49,9%, sendo mais acentuada em Santa Cruz (57%).

Contudo, quando se analisa a situação perante o emprego segundo o género, percebe-se rapidamente que as famílias chefiadas por mulheres são particularmente tocadas. De facto, a percentagem dos chefes de famílias mulheres em situação de desemprego atinge 61% contra 41% dos homens. Percebe-se, desta forma, rapidamente as razões por que a pobreza em Cabo Verde tem um rosto essencialmente feminino.

Em relação à profissão dos chefes, as respostas estão concentradas nas profissões de dona-de-casa (20%), biscateiro (12%) e agricultor(a) (10%) e outras profissões não identificadas (13%). Estes dados contradizem de alguma forma a constatação anterior de que a maioria dos chefes visados neste inquérito e que se encontravam na situação de empregado estivessem ligados profissionalmente a um terceiro, ou seja, por conta de outrem, se tivermos em conta que tais profissões são, por natureza, profissões exercidas de forma individual e muitas vezes sem qualquer vínculo a terceiros.

Se a análise for feita segundo o sexo do chefe da família, estaremos na possibilidade de afirmar que, enquanto a maior parte (cerca de 19%) dos chefes de agregados mulheres tem como principal actividade económica cuidar da sua própria casa (dona de casa), para os chefes homens são as actividades económicas de pedreiro (9%) e de agricultor (8%) que mais os ocupam no seu dia-a-dia.

Tais análises permitem-nos afirmar, com alguma certeza, que essas profissões estão ligadas directamente à pertença em termos de espaço do chefe de agregado, pois a maior parte dos inquiridos vivem no meio rural ou em bairros periféricos das cidades e vilas objecto desta pesquisa. Tanto a profissão de dona de casa como de pedreiro e de agricultor são actividades profissionais marcadamente dos agentes moradores ou oriundos do meio rural e das periferias das grandes cidades.

Os dados do estudo permitem confirmar que a sexização das profissões se encontra ainda fortemente vincada. De facto, se dos 159 inquiridos que responderam ter como principal actividade económica o cuidar de sua própria casa, apenas 6 são homens, dos 74 chefes que responderam ter como profissão pedreiro nenhuma é do feminino.

Porém, a actividade económica de «biscateiro(a)» parece ser uma actividade tanto dos chefes de agregados homens como das chefes mulheres. Esta realidade poderá reflectir, por um lado, o abandono por parte dos chefes homens das actividades económicas tradicionais (agricultor, pedreiro, carpinteiro, etc.), para se dedicarem à actividade informal de ganhar a vida e, por outro, o avanço das mulheres, tanto no meio rural como urbano, para o sector informal da economia, ao lado da ravidância, abandonando definitivamente a ideia de dona de casa exclusiva.

Contudo, se tivermos em conta a situação dos chefes de agregados perante a profissão e a sua idade, nota-se que o desemprego afecta com maior incidência os chefes de família com idade entre os 25 e os 45 anos, representado cerca de 58% do total dos desempregados. Da mesma forma, se introduzirmos a distribuição por sexo, idade e situação na profissão dos chefes de agregados, será possível afirmar que, tanto para os homens como para as mulheres, o desemprego afecta preferencialmente os chefes de agregados pertencentes a este intervalo de idade (25 a 45 anos).

Nota-se, contudo, um peso significativo da situação de desempregado dos chefes de agregados familiares com idade superior a 65 anos, tanto nos homens como nas mulheres. Esta situação demonstra uma grande fragilidade do tecido social nestes concelhos, colocando este grupo populacional numa situação de população dependente. Para além de estarem certamente para além da idade da reforma, o mercado de trabalho não está preparado para manter ou fazer entrar pessoas mais idosas. A reduzida cobertura dos serviços de protecção social a esses grupos populacionais, em regra, não integrados, durante a sua vida laboral, no mercado formal de trabalho, coloca-os numa situação de extrema vulnerabilidade. As pensões de protecção social mínima de solidariedade social destinadas preferencialmente a estes grupos populacionais não conseguem cobrir grande parte dos necessitados.

Esta análise permite-nos igualmente aferir um dado curioso. São os chefes de agregados homens que mais se encontram na situação de desempregado na faixa etária superior aos 65 anos de idade, contrastando com a realidade analisada anteriormente que nos evidenciou o facto de globalmente serem os chefes de agregados mulheres que mais se encontram expostos ao desemprego.

Uma análise mais detalhada no interior de cada agregado familiar permite-nos, de igual modo, confirmar que, perante o factor desemprego, ele é particularmente incisivo nos agregados constituídos por mais de três membros. Dos 571 chefes de agregados familiares inquiridos, cujos agregados têm entre 3 e 7 membros, que representam igualmente cerca de 70% do total dos inquiridos, 35% destes estão na situação de desempregado, que aliás afecta 5,5% os

Quadro n°24 Situação dos chefes dos agregados perante o Emprego, segundo o Município e o sexo

	Situação Perante o Emprego	Município			
		Praia	StaCatarina	StaCruz	Total
Masculino	Desempregado	39	83	71	193
	% Município	31.2%	45.4%	44.9%	41.4%
	% Total	8.4%	17.8%	15.2%	41.4%
	Empregado	32	41	44	117
Total	Conta propria	25.6%	22.4%	27.2%	25.1%
	% Total	6.9%	8.8%	9.4%	25.1%
	Empregado	54	59	43	156
	Conta de Outrem	43.2%	32.2%	27.2%	33.5%
Feminino	% Total	11.6%	12.7%	9.2%	33.5%
	Total	125	183	158	466
	% Município	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
	% Total	26.8%	39.3%	33.9%	100.0%
Situacao Perante o Emprego	Desempregado	53	70	89	212
	% Município	79.1%	44.6%	73.0%	61.3%
	% Total	15.3%	20.2%	25.7%	61.3%
	Empregado	3	39	21	63
Total	Conta propria	4.5%	24.8%	17.2%	18.2%
	% Total	0.9%	11.3%	6.1%	18.2%
	Empregado	11	48	12	71
	Conta de Outrem	16.4%	30.6%	9.8%	20.5%
Total	% Total	3.2%	13.9%	3.5%	20.5%
	% Município	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
	% Total	19.4%	45.4%	35.3%	100.0%
	Total	67	157	122	346

agregados que têm até 2 membros e apenas 9% para os que têm mais de 8 membros.

Para aqueles agregados que têm pelo menos um ou dois membros que trabalha (cerca de 36%), é mais frequente quando são os homens a chefiá-los (27%), contra os que são chefiados por mulheres (19%). No entanto, a percentagem de agregados familiares em que nenhum membro trabalha é praticamente a mesma naqueles que são chefiados por homens e mulheres.

Condições de Habitabilidade

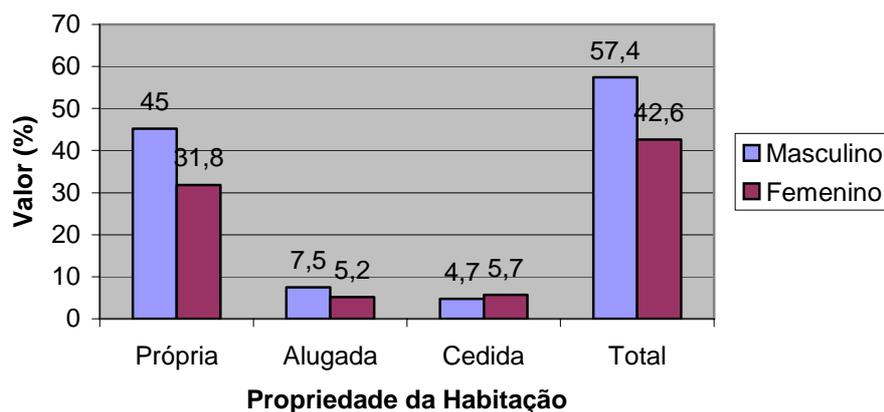
A posse ou não de uma habitação própria é um factor preponderante na avaliação da vulnerabilidade social das famílias face à pobreza, realçando o aspecto de posse, cedência ou aluguer dos espaços habitados.

A nível dos três municípios, a grande maioria dos agregados (73%) confirma que a habitação lhes pertence. Apenas (11%) confirmam que habitam numa residência cedida por terceiros e os restantes (16%) através do sistema de aluguer.

A sua distribuição por sexo mostra-nos algumas disparidades. Dos 625 chefes de agregados que afirmaram residir numa habitação própria, apenas 258 destes são mulheres. O mesmo acontece com relação aos chefes que responderam estar a residir no momento do inquérito numa habitação alugada ou cedida. Tanto num caso como no outro, a situação é mais favorável para os chefes de agregados homens em relação aos chefes mulheres.

De uma forma global, esta pesquisa demonstra uma situação favorável quanto à situação de propriedade de habitação por parte dos chefes de agregados, tanto

Gráfico nº 12. Propriedade da habitação por sexo do chefe



para os homens como para as mulheres e independentemente do Município, com exceção da Praia onde, tanto para homens como para mulheres, a propriedade da habitação não ultrapassa 60%, quando em Santa Catarina e Santa Cruz ultrapassa 80%¹³. Todavia, é nos agregados chefiados por homens que esta situação é mais favorável.

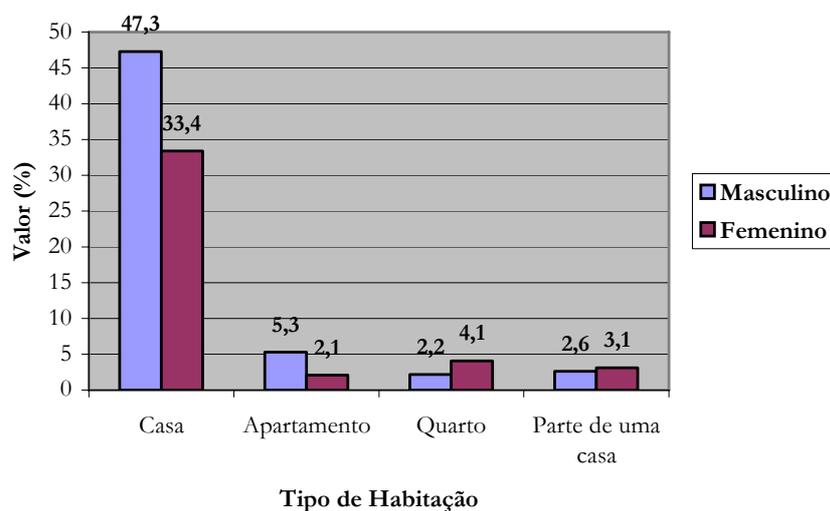
Um outro indicador fundamental na aferição das condições de habitabilidade das famílias cabo-verdianas, particularmente o visado por este inquérito, é, sem dúvida, a tipologia da habitação. A grande maioria (cerca de 81%) confirma residir numa casa. Os restantes dizem habitar num apartamento (7%), em apenas um quarto (6%) e numa parte de uma casa (6%).

Estes resultados confirmam mais uma vez a vontade e o esforço quotidiano das famílias cabo-verdianas em terem uma habitação própria e com uma dimensão socialmente considerada adequada para albergar a família. Todavia, se a análise for feita tendo em conta o tamanho dos agregados em relação ao tipo de habitação ocupada, estamos em condições de afirmar que, regra geral, os agregados familiares habitam numa casa e normalmente têm entre 3 e 11 membros.

Se introduzirmos a variável sexo na análise da tipologia da habitação, podemos confirmar que há uma diferença significativa entre os chefes de agregados dos dois sexos quando habitam numa casa ou num apartamento. A situação é mais favorável às famílias chefiadas por homens do que por mulheres nestes três concelhos que têm como condição de habitabilidade uma casa, sendo que a diferença é de quase 15 pontos percentuais a favor dos homens.

Esta situação demonstra uma disparidade de género quanto ao tipo de habitação ocupada, assim como em relação à posse da casa, como já foi referido anteriormente. Para os outros tipos de habitação as diferenças existem, mas não são significativas. São os casos dos chefes de agregados que habitam num quarto ou numa parte de uma casa. Para os casos do chefe que habita num quarto ou numa parte de uma casa, são os chefes de agregados mulheres que mais procuram este tipo de habitação para a sua família.

Gráfico n° 13. Tipologia da habitação por sexo do chefe



Esta análise permite-nos aferir que a situação habitacional dos agregados familiares nestes três concelhos da Ilha de Santiago pode ser considerada, até certa forma, precária, pois cerca de 10% das famílias vivem num apartamento, numa parte de uma casa, ou apenas num quarto, considerados, segundo normas oficiais, como não apropriados, se tivermos em conta o número de elementos que constituem os agregados e as condições de habitabilidade que estas tipologias habitacionais oferecem.

A leitura do quadro n° 25 ajuda-nos a perceber as condições de habitabilidade particularmente precárias, nos centros urbanos. Constata-se que na cidade da Praia, 71% das residências têm duas divisões que, para agregados familiares extensos, colocam fortes problemas de degradação da qualidade de vida e de promiscuidade. Já nos Municípios rurais, a situação em termos de habitabilidade é nitidamente melhor, o que se deve, por um lado, ao facto de a construção ser mais barata, por causa da relativa facilidade de acesso à terra, à solidariedade familiar e comunitária nos trabalhos de construção e, muitas vezes, à tipologia da construção.

Quando se analisam as condições de conforto, mas também de salubridade, e higiénicas das habitações, percebe-se, desde logo, a forte precariedade das habitações. De facto, a existência de casas de banho nas residências das famílias inquiridas constitui uma raridade. Como se pode depreender da leitura do quadro nº 26, apenas 2,2% das residências têm casa de banho, concentrando-se quase que exclusivamente na cidade da Praia, com 83,3%. Em Santa Catarina, apenas 16,7% das residências dispõem de casa de banho, enquanto que Santa Cruz não dispõe de nenhuma habitação com casa de banho.

Em relação à existência de cozinha, a situação inverte-se. De facto, apenas 6% das residências inquiridas dispõem de cozinha, quando em Santa Catarina e Santa Cruz aumentam para 48% e 46%, respectivamente.

A precariedade das condições de vida na cidade da Praia ajuda a explicar este facto. Efectivamente, e as entrevistas reforçam esta conclusão, a prioridade vai para a construção de um primeiro módulo que sirva como sala e quarto e também como cozinha, sobretudo à noite ou quando as condições atmosféricas não permitem cozinhar ao ar livre.

Rendimento do Chefe do Agregado Familiar

No momento da realização deste inquérito, uma parte significativa dos agregados visados nestes concelhos não tinham nenhum membro a desempenhar qualquer actividade económica. Dos 812 chefes de agregados familiares inquiridos neste estudo, cerca de 39% não tinham nenhum dos seus membros a desempenharem uma função remunerada. Todavia, uma parte relativamente importante desses agregados (cerca de 36%) confirmaram ter pelo menos um ou dois membros a desempenharem uma função remuneratória e cerca de 3% dizem ter entre três e cinco elementos da família a desempenharem uma actividade laboral.

Face ao sexo dos chefes de agregados, embora não haja grandes diferenças em termos de agregados chefiados por homens ou mulheres nos quais nenhum membro desempenha qualquer função remuneratória, o mesmo não acontece quando há pelo menos um ou mais elementos do agregado que desempenham uma actividade económica. Nestes casos, a situação é mais favorável ao chefe homem.

Os dados confirmam que os agregados chefiados por mulheres são aqueles onde há menor número de pessoas a trabalhar, sendo que apenas 19% destes agregados têm, pelo menos, um elemento que desempenha uma actividade económica e apenas 1% tem até 3 elementos que exercem alguma actividade económica.

Se se considerar que o rendimento mensal do agregado familiar é um dos principais indicadores de avaliação da incidência da vulnerabilidade social das famílias nestes três concelhos da Ilha de Santiago, pois além de permitir medir o poder de compra da família, estabelece por si só o rendimento *per capita* de cada elemento da família, constata-se que 21% dos chefes dizem que os seus agregados não auferem um rendimento mensal total superior a dez mil escudos e 75% dizem ter um rendimento familiar mensal inferior a vinte mil escudos. Apenas 15% dos chefes dizem ter um rendimento familiar mensal superior a vinte e um mil escudos.

Convém destacar que cerca de 12% dos chefes de agregados não quiseram responder a esta questão, justificando através de razões particulares, nomeadamente o facto de ser uma questão pessoal e que não merece um tratamento estatístico.

Face ao sexo do chefe do agregado, têm menos rendimento os agregados chefiados por mulheres, pois cerca de 13% dos chefes deste sexo dizem ter um rendimento familiar mensal inferior a dez mil escudos, contra os 8% dos chefes de agregados homens. A situação é precisamente a inversa para todos os outros níveis de rendimento dos agregados a favor dos chefes homens. Enquanto que cerca de 35% dos chefes de agregados homens confirmam ter um rendimento superior a vinte mil escudos mês, este valor não ultrapassa os 19% nos chefes de agregados mulheres.

Contudo, à medida que aumenta o nível do rendimento do agregado, este é chefiado por homens: dos 42.6% dos chefes de agregados mulheres, 33% destes têm um rendimento não superior a vinte mil escudos por mês; dos restantes não mais de 0.9% dos agregados chefiados por mulheres tem um rendimento superior a trinta mil escudos.

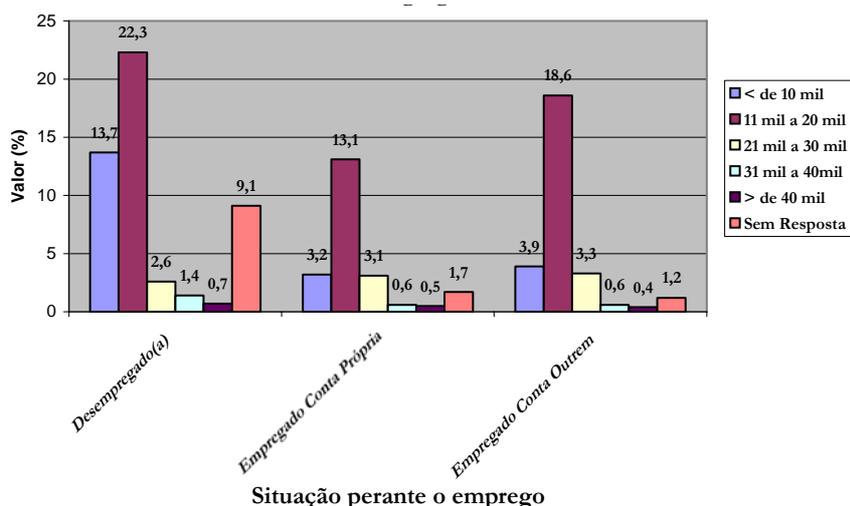
Se se agregar à análise o tamanho do agregado familiar, podemos confirmar que dos 70% dos chefes inquiridos cujos agregados têm entre 3 a 7 elementos, 54% dos mesmos dizem ter um rendimento familiar mensal inferior a vinte mil escudos e 59% menor que trinta mil escudos.

A análise da vulnerabilidade das famílias pressupõe igualmente avaliar a relação entre o rendimento mensal do agregado familiar e a situação do chefe perante o emprego. Para os chefes de agregados familiares cobertos pelo estudo, o rendimento é cada vez menor quando se está na situação de desempregado. Dos 330 chefes de agregados que responderam a esta questão e que estão na situação de desempregado, apenas 37 destes afirmam ter um rendimento superior a vinte mil escudos.

Quadro n°25. Número de divisões (excluindo casa de banho e cozinha) segundo o Município

		Município			Total
		Praia	StaCatarina	StaCruz	
Número de divisões (excluindo casa de banho e cozinha)	1	56	4	0	60
		% Município	1.2%	0.0%	7.4%
		% Total	0.5%	0.0%	7.4%
	2	82	163	53	298
		% Município	47.9%	18.9%	36.7%
		% Total	20.1%	6.5%	36.7%
	3	46	79	87	212
		% Município	23.2%	31.1%	26.1%
		% Total	9.7%	10.7%	26.1%
	4	7	94	140	241
		% Município	27.6%	50.0%	29.7%
		% Total	11.6%	17.2%	29.7%
	5	1	0	0	1
		% Município	0.0%	0.0%	1%
		% Total	0.0%	0.0%	1%
Total		192	340	280	812
		% Município	100.0%	100.0%	100.0%
		% Total	41.9%	34.5%	100.0%

Gráfico nº 14. Situação perante o emprego do chefe face ao rendimento mensal do agregado



As formas através das quais os rendimentos são obtidos revestem-se de grande importância para este tipo de análise. Os “biscates” são a forma mais referenciada pelos chefes de agregados para a obtenção dos rendimentos para a família (cerca de 32%). Curioso notar que esta forma de obtenção de rendimentos foi referenciada nas mesmas percentagens, tanto para os chefes de agregados homens como para os chefes mulheres.

Fica presente que as outras formas de obtenção de rendimento não têm um peso determinante na sobrevivência das famílias, embora quase 30% dos inquiridos afirmem ter uma outra fonte de rendimento que não as referenciadas no inquérito.

A pobreza no imaginário social e a construção de estratégias de enfrentamento

A pobreza tem sido analisada, como referido anteriormente, na sua dimensão económica, isto é, na ausência de rendimentos por parte de famílias, indivíduos ou grupos sociais que permitem aceder ao mercado de consumo de bens e serviços indispensáveis para a reprodução das condições sociais de existência num padrão considerado social e humanamente aceitável. Claro está que a

Quadro nº 26. Existência de casa de banho e cozinha segundo o Município

		Município			
		Praia	Sta Catarina	Sta Cruz	Total
Existência de casa de banho e cozinha	Casa de banho	15	3	0	18
	% Existência de casa de banho	83.3%	16.7%	.0%	100.0%
	% Total	1.8%	.4%	.0%	2.2%
	Cozinha	11	85	81	177
	% Existência de cozinha	6.2%	48.0%	45.8%	100.0%
	% Total	1.4%	10.5%	10.0%	21.8%
Casa de banho e Cozinha	Casa de banho e cozinha	46	13	3	62
	% Existência de casa de banho e cozinha	74.2%	21.0%	4.8%	100.0%
	% Total	5.7%	1.6%	.4%	7.6%
	Nada	120	239	196	555
	% Existência de casa de banho e cozinha	21.6%	43.1%	35.3%	100.0%
	% Total	14.8%	29.4%	24.1%	68.3%
Total		192	340	280	812
	% Existência de casa de banho e cozinha	23.6%	41.9%	34.5%	100.0%
	% Total	23.6%	41.9%	34.5%	100.0%

determinação dos mínimos socialmente aceitáveis diverge de acordo com a formação social e muda com o tempo.

No entanto, cada vez mais se tem constatado que a dimensão económica ou de rendimentos não consegue dar conta da complexidade e da multidimensionalidade da pobreza e que uma abordagem mais integrada e, portanto, capaz de apreender as diversas determinantes deste fenómeno social mutante, impõe-se.

Assim, embora tenha havido uma preocupação no estudo de tentar captar e surpreender os factores que concorrem para a pobreza em Cabo Verde, identificando um conjunto de variáveis económicas e sociais, pareceu adequado, através da realização de entrevistas aprofundadas que se aproximam de histórias de vida, que trabalham com a vivência, a construção e a explicação da situação em que vivem os pobres. Isto é, pretendeu-se que os “heteronimamente” definidos como pobres se auto definissem. Mais do que isso, a preocupação, ainda preliminar, é de captar o imaginário social dos pobres sobre a condição de pobreza e a situação da pobreza.

Para tanto foram entrevistadas 10 famílias de Santa Catarina e nelas participaram outros membros do agregado familiar presentes no momento da realização das entrevistas, transformando-se, em alguns momentos, em grupos focais.

Das entrevistas emerge, desde logo, que a pobreza flutua entre uma fatalidade e uma condição presente não desejável para as gerações futuras. Muitos afirmam:

“ Eu sou sozinha para tomar conta dos meus cinco filhos e da minha mãe. Os pais dos meus filhos não ajudam em nada e ainda eles não têm idade para trabalhar. Eu sozinha tenho que ser mãe e pai, andar a procura de qualquer coisa para comermos. [...] ser pobre não é uma doença, Deus quis e temos que aceitar.... Temos que fazer sacrifícios e lutar para conseguirmos o que queremos.»

“ Nasci pobre numa família pobre e não tivemos ambição de ser ricos, ou inveja daqueles que tinham mais do que nós. Ninguém quer ser pobre, mas ser pobre não é um defeito, não pega”.

“Sou pobre, mas não por querer. São circunstâncias da vida. Não tive oportunidades para ser outra coisa. A minha família não tinha nada. Sempre trabalhou na agricultura e na terra dos outros. Quando casei eu também tive que fazer a mesma coisa, os meus filhos tiveram um pouco mais de sorte do que eu. Eu passei muito mal na vida, fui para S. Tomé duas vezes e não voltei com nada. Graças à minha família que recebeu. Não quero essa vida para os meus netos”.

Uma postura quase religiosa de aceitação dos desígnios da vida como uma provação perpassa esses discursos que, no entanto, são matizados pelo posicionamento segundo o qual ser-se pobre não constitui algo natural, embora deva ser aceite com humildade e não ver nos bens dos outros algo a cobiçar.

Aliás, a não-aceitação acrítica da pobreza pode ser percebida em outros posicionamentos, designadamente na luta para que os filhos e os netos não venham a ter as mesmas condições sociais de existência, o que exige um investimento na educação dos filhos ou na possibilidade de emigração.

“Hoje em dia só é pobre quem quer. Graças a Deus com escola se pode conseguir um bom emprego. Eu não tive escola. Meus pais não puderam pôr-me na escola, mas faço tudo para os meus filhos estudarem e quem sabe vão ajudar-me no futuro.

Escola e emigração podem mudar a vida de todo o mundo. Hoje só não estuda quem não quer. Com escola fica mais fácil ter emprego e tudo o resto vem. Por isso, o pouco que eu tenho coloco nos meus filhos mesmo que eu fique com fome e mal vestida”.

Aparece nitidamente a forte valorização social da educação e a percepção, mas também a experiência, da vida quotidiana pela história de vida de conhecidos, familiares e amigos que tiveram uma trajectória de ascensão social através da educação.

“Educação é importante, mas também não podemos esquecer a emigração. O senhor não conhece... mas fulano de tal era mais pobre do que eu. O senhor sabe o que ele tem agora: casa aqui e na Praia, carros, automóvel, Hiace, os filhos todos bem vestidos, a mulher cheia de ouro. Hoje é rico porque embarcou para Holanda e depois mandou buscar os filhos: Tem muitas famílias assim. Emigração para Europa salvou muita gente. Eu não pude. Ai se eu pudesse!!!”.

Como se pode perceber, a emigração encontra-se fortemente enraizado no imaginário social cabo-verdiano. Aparece como a alternativa desejada à melhoria das condições de vida. Ela surge como fonte fácil de rendimentos. Da mesma forma que trajectórias bem sucedidas através de títulos escolares, cabo-verdianos emigrados e que investiram fortemente a sua poupança nas suas comunidades de origem passam a ser vistos como casos de sucesso e exemplos a seguir. Mesmo num momento de retracção na emigração por causa das restrições impostas pelos tradicionais países de acolhimento, ela parece continuar a ser o projecto de vida de grande parte dos jovens.

Se a educação e a emigração estão patentes e de forma recorrente nos discursos das famílias, o Estado é visto como a instituição garante do mínimo social para

as famílias. Ele deve assumir a responsabilidade pelo fornecimento, se possível, de forma gratuita de todos os serviços sociais de base e garantir o emprego a todos.

“O governo deve tomar conta dos pobres, ele deve abrir trabalhos para aqueles que não têm nada... Também dar remédio, ajudar na consulta. Mas agora tudo é pago, Quase não dão atestado médico e quando vai na farmácia não tem remédio.

O Estado é que deve dar trabalho para todo o mundo. Nós não temos nada. Não temos dinheiro para pagar e nem para comprar comida. Pior para pagar consulta, comprar remédio e pagar escola de filhos. Nem dinheiro para comprar caderno e livro dos meus filhos eu tenho. Estado tem que ajudar os pobres. Mas eles não querem É uma afronta, nós passamos mal...”

Constata-se um comportamento ambivalente na medida em que se espera do Estado tudo, um autêntico Estado de Bem-Estar Social que, a rigor, nunca existiu em Cabo Verde, e no contrapé da construção de um Estado mínimo, pede-se o máximo, estando, no entanto, consciente da impossibilidade do que se pretende. É, no entanto, esta a vivência desses grupos sociais que, raramente, particularmente os chefes de famílias com agregados familiares grandes, têm um projecto autónomo de subversão de seu próprio *status quo*.

Neste sentido, a ausência de uma auto-estima forte que estimule a contestação da situação presente e que possa possibilitar, num processo de *empowerment*, transformar as condições sociais existentes dificultam qualquer acção de promoção de desenvolvimento. É o que muitos chamam de “cultura de pobreza” e outros de “espírito de pobreza”.

É verdade, contudo, que entre os jovens, o inconformismo constitui a marca. Por isso, quando localmente não vislumbram alternativas para a realização de um novo projecto de vida, a escola, a emigração ou a migração para os centros urbanos aparecem como soluções desejáveis para cuja concretização mobilizam recursos próprios ou fazem com recurso a terceiros.

Conclusão

A pobreza e a vulnerabilidade constituem marcas fortemente presentes na história de Cabo Verde e que marcam as estratégias de gestão dos riscos sociais, uma vez que o convívio com situações potencialmente propiciadoras de crises estão sempre presentes não apenas no imaginário social como na vida quotidiana de uma proporção significativa de famílias cabo-verdianas.

No meio rural, e os dados do estudo confirmam-no, as famílias, em regra numerosas, estão particularmente expostas às vicissitudes climáticas que, aliadas a um sistema fundiário que dificulta o acesso à terra, não permitem rendimentos capazes de assegurar a reprodução das condições sociais de existência. Assim, e para fazer face a esta situação o recurso a actividades extra-agrícolas aparece como de fundamental importância e não apenas pela sazonalidade de grande parte da agricultura cabo-verdiana.

De facto, não se encontra nenhuma família que não disponha de membros seus que se dedicam a outras actividades que não sejam a agricultura e a pecuária.

Para além dessas actividades remuneradas extra-agrícolas, o apoio de familiares residentes no estrangeiro, a par das actividades públicas nas chamadas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, aparece como estratégia para se enfrentar situações de pobreza.

Quando se analisa a questão na perspectiva das relações de género, percebe-se a forte fragilidade das famílias mono-parentais chefiadas por mulheres. São famílias numerosas, com rendimentos mais baixos e com maiores dificuldades de identificar e mobilizar recursos para fazer face às necessidades dos seus membros. No meio rural, o acesso difícil à propriedade da terra e o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional são importantes factores inibidores ao acesso a segmentos do mercado formal de trabalho. Assim, o recurso à economia informal seja como operadoras, seja como trabalhadoras constitui uma das formas normalmente encontradas para o acesso a rendimentos.

No meio urbano, a pobreza tem tido incidência de forma particular nos bairros periféricos, ainda que ela também não se encontre ausente de bairros mais consolidados, antigos ou onde moram, preferencialmente, famílias das classes médias.

Conclusão

Na cidade da Praia, a distribuição espacial das populações mostra, no caso de um mapeamento geo-referenciado, que os migrantes do interior da ilha de Santiago, das outras ilhas e, mais recentemente, imigrantes da costa ocidental africana, constituem o grosso dos bairros periféricos, eufemisticamente denominados de espontâneos. São os habitantes desses bairros que, vindo buscar na cidade aquilo que o campo já não mais oferece, acabam por levar também a migração da pobreza.

As condições de habitabilidade no espaço urbano são particularmente desconfortantes, não tendo as famílias pobres número de divisões suficiente em relação ao tamanho do agregado familiar. Do mesmo modo, as condições higiénicas são precárias, sendo que o acesso à água domiciliária e à rede pública de esgoto uma raridade.

Os rendimentos médios, tanto no meio urbano quanto na cidade, são menores do que o fixado no âmbito do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares para definir os limites máximo e mínimo da pobreza, o que demonstra a extrema fragilidade dessas famílias.

Resulta também do estudo que os agregados familiares chefiados por idosos são particularmente tocados pelos baixos rendimentos e, logo, atingidos pela pobreza.

A precariedade dos sistemas de protecção social, o seu baixo nível de cobertura bem como os montantes relativamente insignificativos não permitem uma gestão adequada e com previsibilidade dos riscos sociais.

As transformações que neste momento estão operando a nível das formas de sociabilidade têm vindo também a desmontar os sistemas tradicionais de gestão dos riscos sociais. Assim, a consideração dos filhos como garante de suporte dos sistemas de previdência social na velhice não constitui mais uma certeza, ainda que continue presente no imaginário e a nível discursivo dos chefes dos agregados familiares.

De igual modo, as redes comunitárias de solidariedade tendem a ver diminuídas as suas forças, decorrentes da urbanização e da individualização da vida moderna, fazendo com que o recurso a estratégias individuais e familiares (no sentido da família nuclear, ainda que extensa), ao lado do recurso a fontes públicas de suporte ganhem terreno.

Aliás, a nível discursivo emerge, de forma reiterada, que cabe ao Estado garantir a cobertura de situações de risco e assegurar o acesso a emprego e rendimentos ainda que, no quotidiano, se percebe que aquele não consegue responder a este desiderato.

Este posicionamento aparentemente paradoxal entre a visão do papel do Estado por parte das populações pobres e em risco de marginalização e a

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

realidade da vida quotidiana desses mesmos grupos sociais traduz uma relação de ambiguidade que perpassa a história social de Cabo Verde a partir dos anos sessenta que, como referiu Correia e Silva (2003), marcaram o início da construção do Estado *Leviathã* assistencial que busca dar respostas emergenciais às situações de crise social mas que não consegue, de forma estrutural, fazer emergir estruturas económicas geradoras de crescimento e emprego para grupos sociais marginalizados ou de dinamizar processos conducentes a uma progressiva autonomização de famílias e indivíduos em relação aos programas assistenciais públicos, como são os casos dos trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra, proporcionando um *empowerment* efectivo.

Notas

- 1 A evolução positiva dos indicadores económicos e sociais nos últimos anos fez com que, recentemente, o Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas, tivessem feito reclassificar Cabo Verde, de País Menos Avançado para País de Desenvolvimento Médio.
- 2 De acordo com o estudo, «Cap Vert: Stratégie de Sortie de la catégorie des pays moins avancés»: « Les critères utilisés par l'ONU ont évolué au cours des années, mais en gardant le même esprit. Depuis 2003 ils sont les suivants:
 - un critère de **niveau de revenu**, fondé sur une moyenne du revenu national brut par habitant sur trois années (en dessous de 750 dollars pour pouvoir être ajouté à la liste, au-dessus de 900 dollars pour être appelé à en sortir);
 - un critère de **développement du capital humain**, fondé sur un indice composite de capital humain (*Human Assets Index/HAI*) construit sur la base d'indicateurs de nutrition, de santé, de scolarisation et d'alphabétisation des adultes;
 - un critère de **vulnérabilité économique**, fondé sur un indice composite de vulnérabilité économique (*Economic Vulnerability Index/EVI*) ».
- 3 Para a Africa subsahariana, o Banco Mundial define como sendo pobre, todo aquele que tenha um rendimento diário igual ou inferior a 1US \$. Para Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatísticas definiu como sendo pobre aquele que tenha um rendimento diário de cerca de 120\$00/dia e muito pobre o rendimento de 80\$00. Em Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias, definiu os seguintes limites para a definição de pobres e de muito pobres. Para o INE, «Com base no limiar da pobreza, 172.727 indivíduos são considerados como pobres, isto é, têm uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43.250\$ escudos. Representando 36,7% da população total, os pobres residem na sua maioria no meio rural (62%). De entre os pobres, pode-se ainda isolar os considerados muito pobres (92.828 indivíduos com nível de despesa igual ou inferior a 28.833\$00), que representam 86% dos pobres, e que equivale em termos nacionais a 20% da população total. Igualmente pode-se constatar que estes residem na sua maior parte no meio rural (68%).» INE, *O Perfil da Pobreza em Cabo Verde*. IDRF, 2001-2002, Praia, 2004, 32.
- 4 Dizemos « parece » porque não existem estudos e inquéritos actuais e actualizados sobre o peso da economia informal. O último inquérito feito remonta a 1997.
- 5 MFP. DECRP, 2004.
- 6 De acordo com o DECRP, “Para captar o impacto do crescimento sobre o emprego, estimaram-se as elasticidades da população activa (população empregada mais a população desempregada). Estas elasticidades mostram o aumento em percentagem dos efectivos em relação ao crescimento de 1% do PIB. Em concreto,

Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde

- na década de 90, um crescimento de 1% do PIB traduziu-se por um aumento da população activa de 0.4%”.
- 7 Governo de Cabo Verde (2004), Sobre os objectivos do milénio para o desenvolvimento de Cabo Verde, Relatório de Situação.
 - 8 “Deve todavia sublinhar-se que a baixa muito rápida da quota do sector primário na população activa total não se deve a uma diminuição do número absoluto de activos no sector, mas antes a um crescimento menos pronunciado neste sector em comparação com os serviços. De facto, na década de 90, o número de efectivos no sector primário (agricultura e pescas) aumentou de 37000 para 43700 activos. Este crescimento de 16% é claramente inferior ao crescimento demográfico, o que indica que uma parte não negligenciável da população rural emigrou, provavelmente para as zonas urbanas e peri-urbanas” (DECRP 2004).
 - 9 INE, Perfil de pobreza/Documento do Seminário “Integrar a Protecção Social nas operações do Banco Mundial e do Sector em Africa”.
 - 10 INE, Censo de 2000.
 - 11 INE, Censo de 2000.
 - 12 Alioune Sall, *Pauvreté et sécurité humaine dans des environnement africains: quelques reflexions et repères pour l'action*, in:UNESCO/Futurs Africains, 2002, La pauvreté, une fatalité? Promouvoir l'autonomie et la sécurité humaine des groupes défavorisés.
 - 13 Migrações recentes, ausência de rendimentos para a construção e dificuldades de acesso a solos urbanos para edificação, aliadas à fiscalização (ainda que ténue) por parte dos Serviços Municipais, pode explicar esta situação na Praia.

Bibliografia

- BIT, 2003, *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, Genebra: OIT.
- Bourdet, I., 2002, *Crescimento-emprego – rendimentos-pobreza em Cabo Verde*, Praia.
- Esquivil, J. et al., 1977, *Las Empresas Sociales en Europa*, Comisión europea/ Dirección General V, Barcelona: Hacer Editorial.
- Frigotto, G., et alii (Orgs), 2002, *A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*, S. Paulo: Cortez/CLACSO.
- GCV, 2004, *Relatório sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento*, Praia: MFP.
- Koulibaly, M., 2001, *La pauvreté en Afrique de l'Oues*, Paris/Dakar: Karthala/CODESRIA.
- Kraychete, G., *A produção de mercadoria por não mercadoria*, *Análise & Dados*, vol.12, nº 1, Salvador, Junho de 2002, pp.85-92.
- INE, 2004, *Perfil da Pobreza*, Praia: INE.
- MEVRH, 2003, *Plano Estratégico para a Educação*, Praia: MEVRH.
- MFP, 2004, *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*, Praia: MFP.
- Paugam, S., 2003, *Desqualificação Social. Ensaio sobre a Nova Pobreza*, S. Paulo: Cortez.
- PNUD, 2003, *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 2000*, Praia: PNUD.
- Sachs, I., 2003, *Inclusão Social pelo trabalho. Desenvolvimento Humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*, Rio de Janeiro: Garamond.
- Sen, A., 1999, *Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, Rio de Janeiro: TerraMar.
- Singer, P., 2002, *O Combate à pobreza e suas vítimas*, *Análise & Dados*, vol.12, nº 1, Salvador, Junho de 2002, pp-25-34.
- Singer, P., 2002, *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*, in Souza, A. (orgs), 2000, *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*, S. Paulo: Contexto.
- UNESCO/Futurs Africains, 2002, *La pauvreté, une fatalité? Promouvoir l'autonomie et la sécurité humaine des groupes défavorisés*, Paris, UNESCO.
- Vaz, M. J., et alii (Orgs), 2000, *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras: Celta
- Wertheim. J. & Noleto, M. J.(orgs), 2003, *Pobreza e Desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social*, Brasília: UNESCO.

Anexos

Principais indicadores de Cabo Verde

Indicador	Valor	Ano	Fonte
Saúde			
Taxa bruta de natalidade (‰)		29.3	2000 INE, RGPH 2000
Índice Sintético de Fecundidade	4	2000	INE, RGPH 2000
Taxa Bruta de Reprodução (%)	1.96	2000	INE, RGPH 2000
Taxa de mortalidade infantil (‰)	32.2	2002	INE, Persp. Demográfico
Esperança de vida à nascença (anos)	71.2	2002	INE, Persp. Demográfico
Mulheres	75.3	2002	INE, Persp. Demográfico
Homens	67.1	2002	INE, Persp. Demográfico
Taxa de prevalência HIV/SIDA	1.1	2002	PNLS
Condições de vida			
Acesso à água potável (chafariz, rede)	76.1	2002	INE-IDFR 2001-2002
Taxa de cobertura da rede de distribuição de água potável (%)	33	2002	INE-IDFR 2001-2002
Crianças de 0 a 5 anos com peso insuficiente em relação à sua idade (%)	5.8	2002	INE-IDFR 2001-2002
Disponibilidade de calorias Kcal/hab/dia	3338.6	1998	DSSA